

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
4 - NIRE 35300050274		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Lourenço Marques, 158 - 14º. andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
3 - CEP 04547-100	4 - MUNICÍPIO São Paulo		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 2195-2306	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 011	12 - FAX 2195-2291	13 - FAX -
14 - FAX -			
15 - E-MAIL presidencia@eletropaulo.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Alexandre César Innecco			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Loreço Marques, 158 - 14º. andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Olímpia	
4 - CEP 04547-100	5 - MUNICÍPIO São Paulo		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2195-2352	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 011	13 - FAX 2195-2504	14 - FAX -
15 - FAX -			
16 - E-MAIL alexandre.innecco@aes.com			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	2	01/04/2009	30/06/2009	1	01/01/2009	31/03/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independetes S.S.					10 - CÓDIGO CVM 00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO José Antonio de A. Navarrete					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 120.817.178-08		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	66.605	66.605	66.605
2 - Preferenciais	100.739	100.739	100.739
3 - Total	167.344	167.344	167.344
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Prestação de Serviço Público
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	27/04/2009	Juros Sobre Capital Próprio	14/05/2009	ON	0,3878608970
02	AGO	27/04/2009	Juros Sobre Capital Próprio	14/05/2009	PN	0,4266469870
03	AGO	27/04/2009	Dividendo	14/05/2009	ON	1,7323208960
04	AGO	27/04/2009	Dividendo	14/05/2009	PN	1,9055529860
05	AGO	27/04/2009	Dividendo	10/12/2009	ON	1,7323208960
06	AGO	27/04/2009	Dividendo	10/12/2009	PN	1,9055529860

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 04/08/2009	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2009	4 - 31/03/2009
1	Ativo Total	12.091.451	12.327.025
1.01	Ativo Circulante	3.696.615	3.828.150
1.01.01	Disponibilidades	989.077	1.257.651
1.01.01.01	Numerário disponível	913.683	1.181.340
1.01.01.02	Numerário em trânsito	(2.323)	602
1.01.01.03	Títulos e valores mobiliários	77.717	75.709
1.01.02	Créditos	2.115.323	2.094.678
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	2.115.323	2.094.678
1.01.02.02.01	Consumidores, conc. e permissionários	1.298.025	1.349.420
1.01.02.02.02	Tributos e contrib. sociais compensáveis	592.557	489.384
1.01.02.02.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	227.174	242.596
1.01.02.02.04	Serviços prestados	22.674	24.879
1.01.02.02.05	Devedores diversos	9.172	8.328
1.01.02.02.06	Contas a receber - acordos	92.919	90.663
1.01.02.02.07	Outros créditos	102.858	106.367
1.01.02.02.08	Provisão p/ cré. de liquid. duvidosa	(230.056)	(216.959)
1.01.03	Estoques	47.558	50.871
1.01.03.01	Almoxarifado	47.558	50.871
1.01.04	Outros	544.657	424.950
1.01.04.01	Compensação de variação da parcela A	532.714	410.647
1.01.04.02	Despesas pagas antecipadamente	11.943	14.303
1.02	Ativo Não Circulante	8.394.836	8.498.875
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.770.360	1.811.504
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.675.261	1.691.665
1.02.01.01.01	Consumidores, conc. e permissionários	2.031	2.078
1.02.01.01.02	Tributos e contrib. sociais compensáveis	82.076	83.017
1.02.01.01.03	Tributos e contrib. sociais diferidos	876.949	860.352
1.02.01.01.04	Cauções e depósitos vinculados	519.492	542.179
1.02.01.01.05	Contas a receber - acordos	114.583	121.959
1.02.01.01.06	Outros créditos	145.052	150.467
1.02.01.01.07	Provisão p/ cré. de liquid. duvidosa	(64.922)	(68.387)
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	95.099	119.839
1.02.01.03.01	Compensação de variação da parcela A	89.497	113.895
1.02.01.03.02	Despesas pagas antecipadamente	5.602	5.944
1.02.02	Ativo Permanente	6.624.476	6.687.371
1.02.02.01	Investimentos	11.033	11.033

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2009	4 -31/03/2009
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.01.06	Bens e direitos p/ uso futuro	4.707	4.707
1.02.02.01.07	Outros investimentos	6.326	6.326
1.02.02.02	Imobilizado	6.440.714	6.491.237
1.02.02.03	Intangível	172.729	185.101
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2009	4 - 31/03/2009
2	Passivo Total	12.091.451	12.327.025
2.01	Passivo Circulante	3.519.520	3.368.383
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	540.410	47.025
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	767.795	810.951
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	662.610	576.048
2.01.04.01	Tributos e contrib. sociais compensáveis	628.584	545.579
2.01.04.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	34.026	30.469
2.01.05	Dividendos a Pagar	317.537	681.369
2.01.05.01	Dividendos declarados	316.923	620.704
2.01.05.02	Juros s/capital próprio - TJLP	614	60.665
2.01.06	Provisões	140.284	203.250
2.01.06.01	Provisões p/ litígios e contingências	140.284	203.250
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	1.090.884	1.049.740
2.01.08.01	Obrigações estimadas	67.603	48.102
2.01.08.02	Folha de pagamento	2.722	10.130
2.01.08.03	Encargos de dívida	88.013	58.531
2.01.08.04	Obrigações c/ entidade de prev. privada	314.578	337.626
2.01.08.05	Compensação de variação da parcela A	100.170	50.961
2.01.08.06	Cosip	37.599	34.209
2.01.08.07	Operações de swap cambial	12.813	21.364
2.01.08.08	P&D, eficiência energética, EPE e FNDCT	215.800	212.147
2.01.08.09	Encargos do consumidor a recolher	58.274	63.481
2.01.08.10	Conta a pagar - Banco Santos	96.913	95.411
2.01.08.11	Outros	96.399	117.778
2.02	Passivo Não Circulante	4.971.037	5.513.017
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.971.037	5.513.017
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	251.179	843.409
2.02.01.02	Debêntures	1.050.000	1.050.000
2.02.01.03	Provisões	1.345.276	1.259.937
2.02.01.03.01	Provisões p/ litígios e contingências	1.345.276	1.259.937
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	2.324.582	2.359.671
2.02.01.06.01	Tributos e contrib. sociais	320	19.618
2.02.01.06.02	Tributos e contrib. sociais diferidos	504.869	518.694
2.02.01.06.03	Obrigações c/ entidade de prev. privada	1.728.248	1.749.231
2.02.01.06.04	Reserva de reversão	66.085	66.085
2.02.01.06.05	Compensação de variação da parcela A	18.767	442
2.02.01.06.06	Outros	6.293	5.601

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2009	4 -31/03/2009
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.600.894	3.445.625
2.05.01	Capital Social Realizado	1.057.629	1.057.629
2.05.01.01	Capital social subscrito e integralizado	1.057.629	1.057.629
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	2.104.949	2.126.748
2.05.03.01	Ativos Próprios	2.104.949	2.126.748
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	98.279	98.278
2.05.04.01	Legal	98.279	98.279
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	(1)
2.05.04.07.01	Ações próprias em tesouraria	0	(1)
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	331	3
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	339.706	162.967
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	2.944.400	5.844.205	2.806.299	5.529.340
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.051.191)	(2.101.326)	(981.365)	(1.947.416)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.893.209	3.742.879	1.824.934	3.581.924
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.635.108)	(3.214.191)	(1.512.281)	(2.983.514)
3.05	Resultado Bruto	258.101	528.688	312.653	598.410
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(20.243)	(66.863)	(12.411)	(60.593)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(9.948)	(47.519)	(201)	(36.072)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	69.498	147.563	73.221	139.615
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(79.446)	(195.082)	(73.422)	(175.687)
3.06.03.02.01	Despesas financeiras	(57.296)	(124.506)	(57.516)	(135.116)
3.06.03.02.02	Variações monetárias/cambiais líquidas	(22.150)	(70.576)	(15.906)	(40.571)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	2.429	4.040	623	4.251
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(12.724)	(23.384)	(12.833)	(28.772)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	237.858	461.825	300.242	537.817
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	237.858	461.825	300.242	537.817
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(95.542)	(210.454)	(91.559)	(171.206)
3.11	IR Diferido	12.625	51.022	(11.638)	(19.068)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	154.941	302.393	197.045	347.543
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	167.344	167.344	167.344	167.344
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,92588	1,80701	1,17748	2,07682
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	318.756	223.959	313.312	793.288
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	222.773	588.214	218.322	454.402
4.01.01.01	Lucro líquido do período	154.940	302.392	197.047	347.545
4.01.01.02	Depreciação e amortização	93.925	188.037	93.867	181.487
4.01.01.03	Varição monetária/cambial	11.722	47.235	(123.136)	(174.993)
4.01.01.04	Baixa de bens do ativo imobilizado	9.203	20.306	14.876	31.759
4.01.01.05	Tributos e contrib. sociais diferidos	(89.418)	(51.022)	(51.697)	(70.377)
4.01.01.06	Fundo de Pensão - cvm nº 371/00	45.166	90.348	23.546	47.093
4.01.01.07	Prov./rev./p/crédito de liquid. duvidosa	9.632	13.417	(23.880)	(9.249)
4.01.01.08	Varição de valores da parcela A	(12.397)	(22.499)	87.699	101.137
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	95.983	(364.255)	94.990	338.886
4.01.02.01	Consumidores e revendedores	51.446	80.384	121.258	182.821
4.01.02.02	Tributos e contribuições sociais	2.183	(75.783)	(93.300)	(55.194)
4.01.02.03	Serviços prestados	2.205	199	3.921	(8.644)
4.01.02.04	Devedores diversos	(844)	(5.678)	(1.071)	(7.173)
4.01.02.05	Almoxarifado	3.313	(1.727)	(1.019)	(6.792)
4.01.02.06	Contas a receber - acordos	5.120	11.708	30.864	20.816
4.01.02.07	Outros créditos	8.920	1.170	2.637	230.855
4.01.02.08	Compensação var. dos itens da parcela A	(96.128)	(107.389)	74.891	37.175
4.01.02.09	Cauções e depósitos vinculados	34.055	41.657	(76.224)	(111.787)
4.01.02.10	Despesas pagas antecipadamente	2.706	(9.144)	(7.247)	(17.938)
4.01.02.11	Fornecedores	(43.156)	(41.159)	(44.935)	(14.662)
4.01.02.12	Tributos e contribuições sociais	37.597	(10.550)	93.291	175.877
4.01.02.13	Encargos de dívidas	(2.846)	(85.087)	37.652	1.537
4.01.02.14	Provisão p/ litígios e contingências	22.373	32.747	25.275	45.820
4.01.02.15	Encargos tarifários e do consumidor	(5.166)	(19.677)	3.139	5.257
4.01.02.16	Compensação var. dos itens da parcela A	78.390	28.282	(83.704)	(145.924)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6	ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	61.695.227/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2009 a 30/06/2009	4 -01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
4.01.02.17	Obrigações estimadas, folha de pgto.	(4.185)	(204.208)	9.562	6.842
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(118.451)	(222.168)	(41.940)	(122.721)
4.02.01	Aquisições de direitos do imobilizado	(124.819)	(226.461)	(87.800)	(182.154)
4.02.02	Enc. finac. e efeitos inflacionários	(7.957)	(16.681)	(6.296)	(16.136)
4.02.03	Venda de bens e direitos	0	0	2.162	10.770
4.02.04	Consumidores participações financeiras	14.325	21.629	17.704	32.777
4.02.05	Investimentos	0	0	32.290	32.427
4.02.06	IR e CSLL sobre terrenos reavaliados	0	(655)	0	(405)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(468.879)	(554.567)	(300.187)	(356.724)
4.03.01	Ingressos de novos empréstimos	536	536	(1.283)	0
4.03.02	Dividendos e TJLP pagos	(365.804)	(365.811)	(218.243)	(218.250)
4.03.03	Pagamentos de empréstimos	(14.415)	(17.405)	(16.231)	(20.693)
4.03.04	Pagamento previdência privada	(89.196)	(171.887)	(64.430)	(117.781)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(268.574)	(552.776)	(28.815)	313.843
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.257.651	1.541.853	1.381.745	1.039.087
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	989.077	989.077	1.352.930	1.352.930

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2009 a 30/06/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	2.126.748	98.278	162.967	3	3.445.625
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	0	2.126.748	98.278	162.967	3	3.445.625
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	154.941	0	154.941
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	328	328
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	328	328
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	1	0	0	1
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	(21.799)	0	21.798	0	(1)
5.12.01	Realização de reserva de reavaliação	0	0	(21.799)	0	21.798	0	(1)
5.13	Saldo Final	1.057.629	0	2.104.949	98.279	339.706	331	3.600.894

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/06/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.057.629	0	2.142.917	98.278	0	0	3.298.824
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.057.629	0	2.142.917	98.278	0	0	3.298.824
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	302.393	0	302.393
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	331	331
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	331	331
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	1	0	0	1
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	(37.968)	0	37.313	0	(655)
5.12.01	Realização de reserva de reavaliação	0	0	(37.968)	0	37.313	0	(655)
5.13	Saldo Final	1.057.629	0	2.104.949	98.279	339.706	331	3.600.894

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital aberto, de direito privado, autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As informações trimestrais - ITR da Companhia, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, Leis n^{os} 6.404/76, 9.457/97, 10.303/01, 11.638/07, Lei n^o 11.941/09, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo poder concedente.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 04 de agosto de 2009. De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM n^o 505, datada de 19 de junho de 2006, eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das informações trimestrais - ITR e a data da autorização de sua conclusão devem ser divulgados e, se necessário, ajustados nas mesmas.

Estas informações trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas.

Em cumprimento às determinações do Despacho ANEEL n^o 2.877, de 1^o de agosto de 2008, a Companhia alterou, a partir de setembro de 2008, a forma de contabilização da conta de Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA (passivo regulatório). De acordo com esse Despacho, os registros contábeis de passivos regulatórios devem estar associados à correspondente redução na receita de fornecimento. Anteriormente a esse Despacho, o reconhecimento de um passivo regulatório, era registrado como parte da despesa operacional que o originou (energia

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a finalidade de possibilitar a comparabilidade, as despesas correspondentes aos passivos regulatórios, registradas no primeiro semestre de 2008, estão sendo reclassificadas de acordo com essa nova sistemática contábil.

3. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

	Saldos em 30.6.2009					Saldo líquido
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	197.033	185.079	46.256	428.368	(90.136)	338.232
Industrial	41.105	30.511	59.341	130.957	(29.249)	101.708
Comercial	110.116	62.436	37.270	209.822	(44.015)	165.807
Rural	142	65	16	223	(2)	221
Poder público:						
Federal	1.116	790	506	2.412	(369)	2.043
Estadual	6.334	5.702	340	12.376	(151)	12.225
Municipal	2.720	1.336	8.339	12.395	(5.797)	6.598
Iluminação pública	12.049	369	2.249	14.667	(1.391)	13.276
Serviço público	9.155	5.673	5.051	19.879	(5.936)	13.943
Total - Faturado	379.770	291.961	159.368	831.099	(177.046)	654.053
Não Faturado	422.368	-	-	422.368	-	422.368
Total	802.138	291.961	159.368	1.253.467	(177.046)	1.076.421
Concessionárias e permissionárias:						
Encargos do uso da rede	861	-	-	861	-	861
Energia no curto prazo - CCEE	33.769	-	-	33.769	-	33.769
EMAE	3.370	-	-	3.370	-	3.370
Transmissoras	671	-	-	671	-	671
Desconto da TUSD	5.887	-	-	5.887	(4.390)	1.497
Total	44.558	-	-	44.558	(4.390)	40.168
Total - CIRCULANTE	846.696	291.961	159.368	1.298.025	(181.436)	1.116.589
NÃO CIRCULANTE						
Concessionárias e permissionárias:						
EMAE	2.031	-	-	2.031	-	2.031
Total - NÃO CIRCULANTE	2.031	-	-	2.031	-	2.031
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	848.727	291.961	159.368	1.300.056	(181.436)	1.118.620

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 8.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos em 31.3.2009					Saldo líquido
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	173.703	173.158	48.169	395.030	(83.522)	311.508
Industrial	55.954	32.534	48.382	136.870	(29.000)	107.870
Comercial	124.926	78.683	32.895	236.504	(43.918)	192.586
Rural	201	360	353	914	(15)	899
Poder público:						
Federal	1.629	1.615	576	3.820	(305)	3.515
Estadual	6.658	2.473	299	9.430	(168)	9.262
Municipal	742	1.369	8.202	10.313	(5.619)	4.694
Iluminação pública	12.905	180	2.096	15.181	(1.395)	13.786
Serviço público	9.141	5.500	6.179	20.820	(4.801)	16.019
Total - Faturado	385.859	295.872	147.151	828.882	(168.743)	660.139
Não Faturado	459.566	-	-	459.566	-	459.566
Total	845.425	295.872	147.151	1.288.448	(168.743)	1.119.705
Concessionárias e permissionárias:						
Encargos do uso da rede	1.441	-	-	1.441	-	1,441
Energia no curto prazo - CCEE	22.972	-	-	22.972	-	22.972
EMAE	3.041	-	-	3.041	-	3.041
Transmissoras	10.372	-	-	10.372	-	10.372
Desconto da TUSD	23.146	-	-	23.146	(3.574)	19.572
Total	60.972	-	-	60.972	(3.574)	57.398
Total - CIRCULANTE	906.397	295.872	147.151	1.349.420	(172.317)	1.177.103
NÃO CIRCULANTE						
Concessionárias e permissionárias:						
EMAE	-	-	1.984	1.984	-	1,984
Desconto da TUSD	94	-	-	94	-	94
Total - NÃO CIRCULANTE	94	-	1.984	2.078	-	2.078
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	906.491	295.872	149.135	1.351.498	(172.317)	1.179.181

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 8.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, objetivando a diminuição dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vincendos.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	30.6.2009	31.3.2009
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	160.074	93.864
Contribuição social	54.390	31.147
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	2.960	2.904
ICMS	50.328	40.136
Cofins	16.387	15.420
Pis	4.064	3.854
Finsocial	303.973	301.679
Outros	381	380
Subtotal	592.557	489.384
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 8	(1.951)	(1.951)
Saldo líquido de PCLD	590.606	487.433
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pis - Crédito tributário	55.834	55.328
ICMS	26.242	27.689
Subtotal	82.076	83.017
Total Geral	674.633	572.401

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

	30.6.2009	31.3.2009
<u>ATIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Créditos sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	60.134	64.217
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	167.040	178.379
Subtotal	227.174	242.596
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Créditos sobre:		
Provisões temporariamente não dedutíveis para contribuição social	176.940	173.176
Provisões temporariamente não dedutíveis para imposto de renda	700.009	687.176
Subtotal	876.949	860.352
Total do Ativo	1.104.123	1.102.948
	30.6.2009	31.3.2009
<u>PASSIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(9.007)	(8.065)
Imposto de renda sobre reavaliação	(25.019)	(22.404)
Subtotal	(34.026)	(30.469)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Débitos sobre:		
Contribuição social sobre reavaliação	(123.904)	(127.818)
Imposto de renda sobre reavaliação	(344.177)	(355.049)
Contribuição social sobre atualização dos depósitos judiciais	(9.738)	(9.484)
Imposto de renda sobre atualização dos depósitos judiciais	(27.050)	(26.343)
Subtotal	(504.869)	(518.694)
Total do Passivo	(538.895)	(549.163)
Total Geral - Líquido	565.228	553.785

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contribuição Social e Imposto de Renda sobre Reavaliação: valor dos impostos provisionados às alíquotas regulares, 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, apurados sobre o valor da reavaliação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado e amortizado em função das correspondentes realizações desses ativos por meio das respectivas depreciações e baixas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	30.6.2009	31.3.2009	30.6.2009	31.3.2009
a) Demonstração da base de cálculo dos tributos diferidos (Ativo e Passivo):				
Provisão de reserva matemática - CVM nº 371/00	1.634.176	1.662.051	1.634.176	1.662.051
Provisão para contingências	1.464.386	1.445.206	611.283	601.622
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	288.289	278.658	288.289	278.658
Operações de Swap	54.764	48.134	54.764	48.134
Gratificações	26.927	14.299	26.927	14.299
Provisão para Realização de Incentivos Fiscais - Finam/Finor	-	-	19.059	19.059
Reserva de reavaliação deduzida dos itens não depreciáveis	(1.476.785)	(1.509.813)	(1.476.785)	(1.509.813)
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	(108.203)	(105.374)	(108.203)	(105.374)
Materiais e serviços	6.494	8.388	6.494	8.388
Outros	(6.839)	5.485	(6.839)	5.485
Base de cálculo	1.883.209	1.847.034	1.049.165	1.022.509
Alíquotas nominal	25%	25%	9%	9%
Subtotal	470.803	461.759	94.425	92.026

	30.6.2009		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
b) Prazo de recuperação dos créditos (Ativo) tributários diferidos:			
2009	167.040	60.134	227.174
2010	76.043	29.091	105.134
2011	69.467	25.008	94.475
2012	54.509	17.904	72.413
2013	67.799	24.408	92.207
2014	278.102	25.057	303.159
2015	48.903	17.605	66.508
2016	56.685	20.407	77.092
2017	38.267	13.776	52.043
2018	10.234	3.684	13.918
	867.049	237.074	1.104.123

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. Contas a Receber - Acordos

	30.6.2009	31.3.2009
<u>CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	23.624	23.196
Consumidores	67.381	65.693
Outros	1.914	1.774
Subtotal	92.919	90.663
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 8	(13.852)	(14.908)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 8	(14.653)	(13.731)
Saldo Líquido de PCLD	64.414	62.024
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	102.624	108.523
Consumidores	11.914	13.104
Outros	45	332
Subtotal	114.583	121.959
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 8	(62.795)	(66.128)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº 8	(2.127)	(2.259)
Saldo Líquido de PCLD	49.661	53.572

7. Outros Créditos

	30.6.2009	31.3.2009
<u>CIRCULANTE</u>		
Quota de RGR - recolhimento efetuado a maior	225	915
Financiamento à Cesp	565	884
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	23.824	22.886
Programa Baixa Renda	42.807	40.380
Eletrobrás - Bônus Itaipu	-	7.156
Alienação de bens e direitos	26.175	26.037
Outros	9.262	8.109
Total	102.858	106.367
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Financiamento à Cesp	5.546	6.846
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda.	42.998	42.998
Alienação de Bens e Direitos	50.140	51.686
Programa Reluz - PMSP	18.132	21.179
Programa Reluz - PMSBC	535	-
Bens e Direitos Destinados a Alienação	25.585	24.792
Outros	2.116	2.966
Total	145.052	150.467

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

Rubricas de Origem	Saldo em 31.3.2009	Provisões e Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 30.6.2009
<u>CIRCULANTE</u>				
Consumidores - nota nº 3	168.743	43.245	(34.942)	177.046
Serviços Prestados	13.806	(26)	(31)	13.749
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 6	14.908	(523)	(533)	13.852
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 6	13.731	922	-	14.653
Contas a Receber - liminares - plano cruzado	-	4.169	-	4.169
INSS - auxílio doença - nota nº 4	1.951	-	-	1.951
TUSD - resolução 166/05 - nota nº 3	3.574	816	-	4.390
Outros	246	-	-	246
Total	216.959	48.603	(35.506)	230.056
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Contas a Receber - acordos - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 6	66.128	(3.333)	-	62.795
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 6	2.259	(132)	-	2.127
Total	68.387	(3.465)	-	64.922
Total Geral	285.346	45.138	(35.506)	294.978

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. Compensação de Variação dos Itens da Parcela A - CVA

Parcela "A"	Saldos em 30.6.2009				TOTAL	
	CVA					
	Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007	Período após 4.6.2007 até 4.6.2008	Período após 4.6.2008 até 4.6.2009		Período após 4.6.2009 até 4.6.2010
ATIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	789	57.987	-	58.776
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	258	19.281	-	19.539
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	3.146	-	-	-	3.146
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	1.731	71.840	-	73.571
Encargos de Conexão a Rede	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	72	-	72
Transporte de energia pela rede básica	-	-	187	8.174	-	8.361
Compra de energia elétrica	-	-	-	278.225	-	278.225
Taxa de Fiscalização	-	-	-	-	-	-
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	248	49.115	-	49.363
Proinfa	-	-	700	40.961	-	41.661
Subtotal	-	3.146	3.913	525.655	-	532.714
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	9.136	9.136
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	-	2.538	2.538
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	-	2.299	2.299
Compra de energia elétrica	-	-	-	-	67.605	67.605
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	-	1.306	1.306
Proinfa	-	-	-	-	6.613	6.613
Subtotal	-	-	-	-	89.497	89.497
Total	-	3.146	3.913	525.655	89.497	622.211
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(3.821)	-	-	-	(3.821)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(738)	-	-	(738)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(1.162)	-	-	-	(1.162)
Compra de energia elétrica	-	(3.612)	(2.035)	-	-	(5.647)
Ajuste Financeiro e Outros	(18.043)	-	(249)	(17.192)	-	(35.484)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(3.101)	-	-	-	(3.101)
Revisão Tarifária	-	-	-	(50.217)	-	(50.217)
EMAE	-	-	-	-	-	-
Petrobrás	-	-	-	-	-	-
Transmissoras	-	-	-	-	-	-
Subtotal	(18.043)	(11.696)	(3.022)	(67.409)	-	(100.170)
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	-	(17.670)	(17.670)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	-	(1.097)	(1.097)
Subtotal	-	-	-	-	(18.767)	(18.767)
Total	(18.043)	(11.696)	(3.022)	(67.409)	(18.767)	(118.937)
Total Geral - Líquido	(18.043)	(8.550)	891	458.246	70.730	503.274

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldos em 31.3.2009					
	Parcela "A"	CVA			Recomposição Tarifária	TOTAL
	Período de 1.1.2001 até 25.10.2001	Período após 4.6.2006 até 4.6.2007	Período após 4.6.2007 até 4.6.2008	Período após 4.6.2008 até 4.6.2009		
ATIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	12.208	610	5.344	54.751	-	72.913
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.746	10.773	-	12.519
Energia Itaipu - custo/variação cambial	25.889	-	-	-	-	25.889
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	13.726	59.589	-	73.315
Encargos de Conexão a Rede	2	-	-	-	-	2
Transporte de energia - Itaipu	6	1	-	53	-	60
Transporte de energia pela rede básica	43	40	1.250	4.029	-	5.362
Compra de energia elétrica	-	-	-	172.516	-	172.516
Taxa de Fiscalização	278	71	-	-	-	349
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	3.041	19.773	-	22.814
Proinfa	-	-	4.707	20.201	-	24.908
Subtotal	38.426	722	29.814	341.685	-	410.647
NÃO CIRCULANTE						
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	18.251	-	18.251
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	3.591	-	3.591
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	19.863	-	19.863
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	18	-	18
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	1.343	-	1.343
Compra de energia elétrica	-	-	-	57.505	-	57.505
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	6.591	-	6.591
Proinfa	-	-	-	6.733	-	6.733
Subtotal	-	-	-	113.895	-	113.895
Total	38.426	722	29.814	455.580	-	524.542
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(88)	-	-	-	(88)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(6.516)	-	-	(6.516)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(26)	-	-	-	(26)
Compra de energia elétrica	-	(81)	(17.960)	-	-	(18.041)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	(11.522)	(1.325)	-	(12.847)
Reserva Global de Reversão - RGR	(405)	-	-	-	-	(405)
Transporte de energia - Itaipu	-	-	(3)	-	-	(3)
Proinfa	-	(71)	-	-	-	(71)
EMAE	-	-	-	-	(1.101)	(1.101)
Petrobrás	-	-	-	-	(1.491)	(1.491)
Transmissoras	-	-	-	-	(10.372)	(10.372)
Subtotal	(405)	(266)	(36.001)	(1.325)	(12.964)	(50.961)
NÃO CIRCULANTE						
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	(442)	-	(442)
Subtotal	-	-	-	(442)	-	(442)
Total	(405)	(266)	(36.001)	(1.767)	(12.964)	(51.403)
Total Geral - Líquido	38.021	456	(6.187)	453.813	(12.964)	473.139

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Imobilizado e Intangíveis

A composição do imobilizado e intangível é como segue:

	30.6.2009				31.3.2009	
	Custo Histórico (*)	Reavaliação		Depreciação Acumulada (*)	Valor Líquido (*)	Valor Líquido (*)
		1998	2007			
Em Serviço						
Distribuição	7.623.793	1.393.521	1.444.597	(3.894.272)	6.567.639	6.617.812
Terrenos	118.825	793.574	286.446	-	1.198.845	1.198.852
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	257.964	4.963	(54.686)	(115.265)	92.976	91.691
Máquinas e Equipamentos	7.182.774	602.996	1.212.837	(3.740.318)	5.258.289	5.309.041
Veículos	34.962	(4.302)	-	(21.391)	9.269	10.152
Móveis e Utensílios	29.268	(3.710)	-	(17.298)	8.260	8.076
Administração	229.488	(20.374)	42.104	(134.816)	116.402	115.368
Terrenos	1	4.500	31.036	-	35.537	35.535
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	8.705	2.637	11.057	(7.830)	14.569	14.877
Máquinas e Equipamentos	84.599	(4.133)	11	(57.005)	23.472	20.326
Veículos	42.590	(1.719)	-	(19.962)	20.909	21.808
Móveis e Utensílios	93.593	(21.659)	-	(50.019)	21.915	22.822
Comercialização	34.682	830	7.156	(17.595)	25.073	25.743
Terrenos	223	2.686	6.753	-	9.662	9.663
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.106	(117)	403	(727)	2.665	2.684
Máquinas e Equipamentos	18.652	(324)	-	(11.003)	7.325	7.717
Veículos	380	(136)	-	(244)	-	-
Móveis e Utensílios	12.321	(1.279)	-	(5.621)	5.421	5.679
Atividade Não Vinculada	65.074	23.961	1.402	(44.773)	45.664	42.038
Terrenos	36	4.722	-	-	4.758	4.758
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	456	307	-	(475)	288	290
Máquinas e Equipamentos	64.536	18.932	1.402	(44.294)	40.576	31.086
Móveis e Utensílios	46	-	-	(4)	42	5.904
Subtotal	7.953.037	1.397.938	1.495.259	(4.091.456)	6.754.778	6.800.961
Em Curso						
Distribuição	233.984	-	-	-	233.984	230.419
Administração	14.283	-	-	-	14.283	14.434
Comercialização	191	-	-	-	191	328
Atividade não Vinculada	106	-	-	-	106	236
Subtotal	248.564	-	-	-	248.564	245.417
Obrigações Especiais Vinculada à Concessão	-	-	-	-	(562.628)	(555.141)
	8.201.601	1.397.938	1.495.259	(4.091.456)	6.440.714	6.491.237
Intangível (**)						
Distribuição	143.449	-	-	(114.096)	29.353	31.494
Administração	57.780	-	-	(37.786)	19.994	22.058
Comercialização	177.051	-	-	(53.669)	123.382	131.549
Subtotal	378.280	-	-	(205.551)	172.729	185.101
Total do Imobilizado / Intangível	8.579.881	1.397.938	1.495.259	(4.297.007)	6.613.443	6.676.338

(*) Valores corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

(**) Composto basicamente de "faixas de servidão" e direitos de uso de softwares

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Obrigações especiais vinculadas à concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores relativos à participação financeira recebida dos consumidores, destinados ao atendimento de pedido de fornecimento de energia, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

	31.3.2009	Adições/(Baixas)	Amortização	30.6.2009
<u>Em Serviço</u>				
Participação financeira do consumidor	427.135	5.939	(5.689)	427.385
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	21.790	821	(289)	22.322
Eficiência Energética	8.534	-	(108)	8.426
Doações e Subvenções para Investimento	44.635	-	(582)	44.053
Participação União, Estados e Municípios	7.772	-	(101)	7.671
Outros	5.278	-	(69)	5.209
	515.144	6.760	(6.838)	515.066
<u>Em Curso</u>				
Participação financeira do consumidor	17.453	3.381	-	20.834
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.155	884	-	7.039
Eficiência Energética	5.800	2.284	-	8.084
Doações e Subvenções para Investimento	2.975	-	-	2.975
Participação União, Estados e Municípios	7.614	1.016	-	8.630
	39.997	7.565	-	47.562
Total	555.141	14.325	(6.838)	562.628

A taxa média de amortização das obrigações especiais foi apurada levando-se em consideração as unidades de cadastro da atividade de distribuição.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é a seguinte:

	30.6.2009	31.3.2009
Suprimento:		
Itaipu - Repasse (Eletrobrás)	178.442	210.413
Contratos bilaterias - AES Tietê	171.497	197.505
Contratos bilaterias - AES Uruguaiana	783	783
Contratos bilaterias - outros	4.936	1.068
Energia no curto prazo - CCEE	513	9.582
Energia livre - Outros	19.036	19.036
Uso de rede básica	88.107	89.590
Encargos do serviço do sistema - CCEE	23.723	5.063
Conexão à rede básica	7.855	7.855
Transmissão	8.237	8.180
Uso do sistema de distribuição	1.996	1.911
Operador Nacional do Sistema - ONS	3.340	1.924
Leilão - CCEAR	184.282	172.590
Subtotal	692.747	725.500
Materiais e Serviços	75.048	85.451
Total	767.795	810.951

12. Tributos e Contribuições Sociais

	30.6.2009	31.3.2009
CIRCULANTE		
Contribuição social	58.170	33.323
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviço - ICMS	257.780	269.674
Cofins	40.929	43.248
Pis	8.886	9.390
Imposto de renda - corrente	171.211	100.290
PIS - Parcelamento	79.455	78.332
Outros	12.153	11.322
Total	628.584	545.579
NÃO CIRCULANTE		
PIS - Parcelamento	-	19.168
Outros	320	450
Total	320	19.618

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Encargos de Dívidas

a) **Composição:**

	30.6.2009	31.3.2009
<u>ENCARGOS DE DÍVIDAS</u>		
Moeda estrangeira	2	14
Moeda nacional	88.011	58.517
Total	88.013	58.531
<u>PRINCIPAL - CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	11.487	27.221
Moeda nacional	528.923	19.804
Total	540.410	47.025
<u>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	101	120
Moeda nacional	1.301.078	1.893.289
Total	1.301.179	1.893.409
Total geral	1.929.602	1.998.965

b) **Moeda Estrangeira:**

30.6.2009						
Vencimento	Moeda	(% a.a.) (*)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
Banco do Brasil S.A. (Lei nº 7976/89)	2009	US\$	L+0,8125	-	11.458	-
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	2	29	101
Subtotal				2	11.487	101

(*) L = Libor

31.3.2009						
Vencimento	Moeda	(% a.a.) (*)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
Banco do Brasil S.A. (Lei nº 7976/89)	2009	US\$	L+0,8125	14	27.187	-
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	-	34	120
Subtotal				14	27.221	120

(*) L = Libor

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Moeda Nacional:

30.6.2009					
Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
RELUZ - Eletrobrás - PMSP	2009	5	-	2.972	-
RELUZ - Eletrobrás - SBC	2015	5	-	-	538
Debêntures - 9ª Emissão	2018	CDI+1,75	10.447	-	250.000
Debêntures - 10ª Emissão	2013	CDI+0,90	18.922	-	600.000
Debêntures - 11ª Emissão	2018	CDI+1,75	3.621	-	200.000
Euro Real Bonds	2010	19,125	50.370	474.060	-
Cédulas de Crédito Bancário (CCB's)	2015	CDI+1,20	4.376	50.000	250.000
Arrendamento mercantil (*)			-	1.891	540
Outros			275	-	-
Total			88.011	528.923	1.301.078

31.3.2009					
Vencimento	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante	
RELUZ - Eletrobrás	2009	5	-	5.945	-
Debêntures - 9ª Emissão	2018	CDI+1,75	3.346	-	250.000
Debêntures - 10ª Emissão	2013	CDI+0,90	3.271	-	600.000
Debêntures - 11ª Emissão	2018	CDI+1,75	11.632	-	200.000
Euro Real Bonds	2010	19,125	24.465	-	474.060
Cédulas de Crédito Bancário (CCB's)	2015	CDI+1,20	15.528	-	300.000
Arrendamento mercantil (*)			-	13.859	69.229
Outros			275	-	-
Total			58.517	19.804	1.893.289

(*) Em função da adoção do disposto no artigo 1º da Lei nº 11.638/07, que deu, entre outras, nova redação ao artigo 183 da Lei nº 6.404/76, a Companhia reconheceu os ativos relacionados aos contratos de arrendamento mercantil, locação e outros contratos de fornecimento classificados como leasing em contrapartida a rubrica de empréstimos e financiamentos.

No 2º trimestre de 2009, a Companhia contratou especialista para analisar a classificação de contratos de conexão e transmissão como arrendamento mercantil financeiro. A conclusão do estudo elaborado foi de que os contratos de conexão e transmissão não se caracterizavam como arrendamento mercantil financeiro por não transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios. Dessa forma, em junho de 2009, a Companhia efetuou a reversão do registro de arrendamento mercantil financeiro passando a tratar esses contratos como arrendamentos operacionais.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Em 30 de junho de 2009, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional
	US\$ mil	R\$	R\$
2010	7	14	576
2011	15	29	250.148
2012	15	29	250.088
2013	15	29	250.088
2014	-	-	50.108
2015	-	-	125.070
2016	-	-	175.000
2017	-	-	25.000
2018	-	-	175.000
	52	101	1.301.078

14. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina um plano de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. Referido plano é administrado pela Fundação Cesp.

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2008, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº 371/00, o passivo atuarial da Companhia é conforme segue:

a) Avaliação atuarial:

	31.12.2008
Número de participantes ativos	3.682
Número de participantes inativos	12.666
Total	16.348
	31.12.2008
Valor presente da obrigação atuarial	7.360.857
Valor justo dos ativos do plano	(5.757.904)
Obrigação descoberta	1.602.953
Ganho atuarial não reconhecidos	521.412
Passivo registrado em 31 de dezembro de 2008 - líquido	2.124.365

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Conciliação contábil do passivo registrado (circulante e não circulante):

	30.6.2009	31.3.2009
Saldo no início do exercício	2.124.365	2.124.365
Despesa do semestre/trimestre	90.348	45.183
Pagamentos de contribuições e confissões de dívidas no período (i)	(171.887)	(82.691)
Saldo final	2.042.826	2.086.857

	30.6.2009	31.3.2009	Parcelas	Vencimento
			Restantes	Final
(i) Segregação dos pagamentos por modalidade				
Confissão de dívida Ila	(44.450)	(19.915)	154	30.04.2022
Confissão de dívida IIB	(23.069)	(10.335)	154	30.04.2022
Contrato de ajustes de reserva matemática	(101.865)	(51.147)	226	30.04.2028
Contribuição Empresa - Plano misto (BD/CD)	(2.503)	(1.294)	mensal	indeterminado
	(171.887)	(82.691)		

c) Equacionamento financeiro com a Fundação Cesp:

	30.6.2009	31.3.2009
Saldo registrado das confissões de dívidas	594.809	619.324
Parcela registrada do contrato de ajuste de reserva	1.447.892	1.467.465
Outras obrigações a pagar	125	68
Subtotal - saldo registrado (a)	2.042.826	2.086.857
Saldo do contrato de ajuste de reserva - não registrado (*)	876.813	888.608
Saldo total dos contratos formalizados	2.919.639	2.975.465

(*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada, no montante de R\$ 876.813 (R\$ 888.608, em 31 de março de 2009), é decorrente da diferença de premissas utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 371/00 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão. Por ter o referido contrato de confissão de dívida um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação Cesp, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

As operações com a Fundação Cesp estão detalhadas conforme segue:

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30.6.2009			31.3.2009
	Saldo do contrato	Diferença	Contabilizado	Contabilizado
Empréstimos e financiamentos:				
Confissão de dívida IIa (i)	391.592	-	391.592	407.731
Confissão de dívida IIb (ii)	203.217	-	203.217	211.593
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	2.324.705	(876.813)	1.447.892	1.467.465
Subtotal	2.919.514	(876.813)	2.042.701	2.086.789
Outras contribuições a pagar	-	-	125	68
Total	2.919.514	(876.813)	2.042.826	2.086.857
Circulante	314.578	-	314.578	337.626
Não Circulante	2.604.936	(876.813)	1.728.248	1.749.231
Total	2.919.514	(876.813)	2.042.826	2.086.857

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela segunda vez em 29 de setembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% a.a., dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação Cesp à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela segunda vez em 29 de setembro de 2006, para pagamento em 196 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2005. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.
- (d) **Despesas do exercício:**

A composição das despesas anuais relacionadas ao Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão - PSAP e ao Plano de Contribuição Definida, como a ser apropriada em 2009, é como segue:

	2009 Estimada
<u>Plano de benefício definido</u>	
Custo do serviço corrente bruto	16.577
Contribuições dos participantes	(3.918)
<u>Custo do serviço corrente líquido</u>	12.659
Juros sobre a obrigação atuarial	848.390
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(680.432)
Custo do serviço passado não reconhecido	70
Total geral - anual	180.687

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Provisões para Litígios e Contingências

	Passivo					Ativo	
	31.3.2009	Atualizações/ Ingressos	Baixas	Transferências	30.6.2009	Depósito judicial	
						30.6.2009	31.3.2009
Trabalhista (a)	430.032	80.553	(68.491)	(10.783)	431.311	361.610	388.599
Cofins (b)	843.584	9.519	-	-	853.103	-	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (c)	34.175	2.316	(1.298)	-	35.193	26.591	26.716
Processos cíveis (d)	59.188	7.418	(3.191)	-	63.415	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	1.580	-	-	-	1.580	-	-
Processos fiscais (f)	51.733	9.514	(10)	-	61.237	131.181	126.754
Meio Ambiente	18.698	-	(2.750)	(40)	15.908	-	-
Outros	24.197	204	(588)	-	23.813	110	110
Total geral	1.463.187	109.524	(76.328)	(10.823)	1.485.560	519.492	542.179
Circulante	203.250	-	-	-	140.284	-	-
Não Circulante	1.259.937	-	-	-	1.345.276	519.492	542.179
Total geral	1.463.187	-	-	-	1.485.560	519.492	542.179

- a) Trabalhista: os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas são decorrentes da necessidade de constituições de depósitos judiciais correspondentes aos valores de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito. A Companhia tem intensificado a política de acordos.
- b) Cofins: a Companhia impetrou Mandado de Segurança questionando a constitucionalidade das modificações do ato da autoridade legislativa nos termos da Lei nº 9.718/98, referente aos artigos 3º e 8º, mantendo provisionada a parcela da Cofins acrescida dos encargos relativos à atualização monetária dos valores devidos referentes à majoração da alíquota de 2% para 3% e ampliação da base de cálculo. Em 29 de outubro de 2007, o Tribunal Regional Federal julgou recurso da União Federal e manifestou-se pela inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo desta contribuição e pela validade do aumento de alíquota. Contra tal decisão, a Companhia apresentou recurso em 5 de novembro de 2007, o qual foi julgado, em 10 de junho de 2008, desfavoravelmente à Companhia. Em 1º de julho de 2008, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração, o qual foi julgado em 23 de setembro de 2008. Tal recurso não alterou a decisão acima mencionada e a parte da decisão que entendeu válida a majoração da alíquota se tornou definitiva.

No entanto, tendo em vista que a Companhia continua discutindo a cobrança de tais valores com fundamento na ocorrência de decadência do direito da União Federal de lançar/constituir esta contribuição, a mesma tomou a decisão de não efetuar o pagamento dessa obrigação. Contudo após decorrido o prazo de 30 dias, (Artigo 63 da Lei nº 9.430/96), contados à partir de 23 de setembro de 2008 para quitação

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No que tange à parte da decisão relativa à ampliação da base de cálculo, a União Federal tomou conhecimento da mesma em 13 de outubro de 2008 e apresentou recurso às instâncias superiores dentro do prazo legal. Contudo, mesmo diante destes recursos, a Companhia, apoiada em opiniões legais e de especialista contábil, concluiu que a decisão é irreversível, em razão dos fortes precedentes dos Tribunais Superiores favoráveis às demandas análogas à da Companhia e na análise do conteúdo dos recursos apresentados pela União. Diante disto, em dezembro de 2008, a Companhia reverteu o passivo relativo a demanda, no montante de R\$ 190.654. Em março de 2009 a ação transitou em julgado, a favor de Companhia.

O saldo remanescente referente à majoração da alíquota, foi formado por valores dos meses de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 e que em 30 de junho de 2009 está assim composto.

	Período	Principal	Multa	Juros	Total
Majoração de alíquota	Fev/99 a Jan/04	357.501	71.500	404.998	833.999
Noventena	Mai/04 a Jul/04	11.461	-	7.643	19.104
Total geral		368.962	71.500	412.641	853.103

A partir de fevereiro de 2004, a Companhia passou a reconhecer e a recolher os valores da Cofins, apurados na modalidade não-cumulativa, na forma da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

- c) Plano Cruzado - Reajuste de tarifa: refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguiram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controversa, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes.
- d) Processos Cíveis: existem processos cíveis de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.
- e) Processos Administrativos - Prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- f) Processos Fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Conforme preceitua o pronunciamento do IBRACON por meio da Norma e Procedimento de Contabilidade NPC 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perdas possíveis, e portanto, ainda não registradas contabilmente. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia em 30 de junho de 2009.

Notas	Valor de Contingência Estimada	
	30.6.2009	
15.1	Eletróbrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/86	969.962
15.2	SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica SP	12.776
15.3	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado
15.4	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado
15.5	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado
15.6	Abertura de Agências - Ação Civil Pública	Não determinado
15.7	Ação Civil Pública - Contas Vencidas	Não determinado
15.8	Ação Indenizatória - Volkswagen	1.530
15.9	Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	34.210
15.10	Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC	Não determinado
15.11	COSIP - repasse	1.642
15.12	Ação Popular - Maruzan Conrado	12.593
15.13	Baixa Renda - Ação Civil Pública	Não determinado
15.14	DER - Remanejamento de postes	Não determinado
15.15	Ecovias - Remanejamento de postes	Não determinado
15.16	Ecovias - Uso do solo	Não determinado
15.17	AIT	73.240
15.18	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado
15.19	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado
15.20	IRPJ e CSLL - Dedutibilidade - Previdência Privada	Alteração de classificação de risco
15.21	Recolhimento do FGTS	74.043
15.22	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	37.038
15.23	FGTS - Moradia	8.916
15.24	NFLDs - Execuções Fiscais	48.725
15.25	CPMF - Operações Simbólicas	3.320
15.26	CSLL - Base Negativa	92.462
15.27	IRPJ e CSLL - Overseas	570.830
15.28	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	19.337

15.1) Eletrobrás - Contrato de Financiamento

Em novembro de 1986 a empresa Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1046/86 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo-se em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em Dezembro de 1998 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/86, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1046/86 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do já mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ao não enviar os termos da Sentença para uma reanálise do TJRJ, na medida em que não apresentou quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em todas as questões referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento.

Em Setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais das empresas Companhia (90,11%) e CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor que corresponde aos atuais R\$ 969.962, quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento, devidamente atualizado até Junho de 2009.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a empresa não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1046/86, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhe foi desfavorável a Eletrobrás, em Dezembro de 2003, apresentou Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ. Por sua vez, a CTEEP, em março de 2004, também buscou a reversão da decisão do TJRJ através de Recursos aos Tribunais Superiores.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, mais importante, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram interpostos, em dezembro de 2006 recurso de “Embargos de Declaração”, em abril de 2007 “Embargos de Divergência”, e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos não foram decididos em favor da Companhia.

Em novembro de 2007 e outubro de 2008, o STJ e o STF, respectivamente, mantiveram a decisão que determinou o retorno do processo à primeira instância (5ª Vara Cível). Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância.

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa a obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1046/86. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor da dívida em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença por Arbitramento, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia a qualquer momento, sendo que quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do CPC.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ainda de acordo com o disposto no CPC, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia realizará um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa. Porém, tais fatos não alterarão a classificação de risco.

Os assessores legais da Companhia afirmam que as decisões citadas acima bem como o eventual levantamento da garantia ofertada pela Companhia em nada mudam o mérito, mantendo a classificação de êxito como possível. Desta forma, de acordo com o que preceitua a NPC 22, aprovada pela Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, não é requerida qualquer provisão até 30 de junho de 2009.

Em 26 de maio de 2009 a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999.

15.2) SIEESP - Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo

O SIEESP - Sindicato das Industrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo, na qualidade de representante das empresas AES Eletropaulo, CPFL e CESP propôs medida judicial visando a inexigibilidade do pagamento do tributo RGR (Reserva Global de Reversão) que é recolhido pela ANEEL.

Por conta da sentença que lhe foi desfavorável e da decisão que reconheceu serem devidos honorários advocatícios à ordem de R\$ 41.818, o SIEESP apresentou os recursos competentes ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, os quais aguardam julgamento.

Tendo-se em vista a condenação do SIEESP na qualidade de representante da Companhia, a referida demanda representa à AES Eletropaulo um risco de pagamento no montante de R\$ 12.776 a título de honorários advocatícios, valor que, a princípio só caberia ao Sindicato.

15.3) Enquadramento de Consumidores na Tarifa Baixa Renda - Ação Civil Pública

Ação Civil Pública aforada pelo Ministério Público Federal visando ampliar o conceito da legislação setorial, para enquadrar um maior número de consumidores na classe baixa renda, com pedidos de multa diária e devolução de valores supostamente cobrados a maior.

15.4) Revisão Tarifária – Exclusão de Valores – Contratos Bilaterais

O Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a não fazer qualquer reposicionamento tarifário futuro, utilizando no cálculo da tarifa de energia elétrica valores contratados entre a concessionária e empresas do mesmo grupo econômico, nos contratos bilaterais, supostamente superiores aos valores praticados no mercado; obrigação de fazer de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; editar instrumento normativo que permita participação de sociedade civil por ocasião de auditorias; e, em relação à Companhia: requereu seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente indevidos.

15.5) Revisão Tarifária - Benefício Fiscal

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública requerendo a condenação definitiva da ANEEL a incluir na composição tarifária da Companhia os valores de benefícios fiscais relativos aos juros sobre capital próprio; obrigação de aditar os valores considerados nos reajustes e revisões tarifárias; e, em relação à Companhia, requereu que esta seja obrigada a devolver em dobro, acrescidos de correção monetária e juros legais, os valores supostamente cobrados indevidamente.

15.6) Abertura de Agências - Ação Civil Pública

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública visando a adequação da Companhia às normas da ANEEL referentes à implantação de postos de atendimento ao consumidor, totalizando 106 agências, além de manter em funcionamento 124 postos de atendimento, assim como requer a condenação da ré ao pagamento de danos morais, requerendo a antecipação de tutela para a abertura imediata de postos de atendimento.

15.7) Ação Civil Pública - Contas vencidas

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública visando apurar supostas práticas de cobrança de valores em aberto que estariam em desacordo com a legislação vigente.

De acordo com o Ministério Público Federal, uma grande massa de consumidores teria buscado auxílio nos Procons da área de concessão por conta da cobrança de valores que estariam acrescidos de juros moratórios em desacordo com a legislação vigente e que seriam referentes a contas de luz vencidas há mais de 5 anos e a débitos que teriam sido contraídos por terceiros.

15.8) Ação Indenizatória - Volkswagen

Ação indenizatória movida pela Volkswagen, por meio da qual pretende indenização por supostas falhas no fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo, que teriam ocasionado danos e prejuízos à montadora.

15.9) Autuações PCLD

Duas ações ajuizadas contra autos de infração lavrados contra a Companhia pela ANEEL, em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões prolatadas foram interpostos os Recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal competente. De acordo com o último cálculo apresentado pela ANEEL o valor atualizado apresenta o valor de R\$ 34.210. Das análises realizadas pelos advogados externos da Companhia, conclui-se que as chances de perda destas demandas são possíveis, isso porque ainda não existe precedente sobre a questão discutida nos dois processos.

15.10) Ação Civil Pública Plano Cruzado – ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAEE alega que a Companhia, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº 38/86 e 45/86 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15.11) COSIP - Repasse

Visa o repasse mensal dos valores arrecadados a título de COSIP, pela Companhia, sem necessidade prévia de apuração de haveres, bem como o pagamento de multa, custas processuais e honorários decorrente do atraso no repasse dos meses 12/2004, 01/2005 e 02/2005.

15.12) Ação Popular - Maruzan Conrado

O autor requer sejam desconstituídos os “Termos de Confissão de Dívida” firmados pelo co-réu Fernando Fernandes Filho com as co-rés Companhia e Sabesp, bem como sejam ressarcidos os danos supostamente causados ao erário. De acordo com o autor, o TCD firmado com a Companhia trata dos valores em aberto por conta dos acordos firmados em 28 de julho de 2000 e 19 de setembro de 2002 e pelo consumo durante o período de 23 de setembro de 2002 até a assinatura do novo TCD, no valor histórico de R\$ 8.162.

15.13) Baixa Renda - Ação Civil Pública

Pretende enquadrar como baixa renda todos aqueles incluídos nos empreendimentos habitacionais implementados pelo Poder Público, ainda que com participação da iniciativa privada, bem como a devolução dos valores cobrados a mais destes consumidores.

15.14) DER - Remanejamento de Postes

O Departamento de Estradas e Rodagem (DER) ajuizou ação visando obrigar a Companhia a remanejar os postes para distribuição de energia instalados nas margens de determinada rodovia por ele administrada sem o pagamento dos custos em virtude da obra de sua duplicação.

15.15) Ecovias - Remanejamento de Postes

A Ecovias ajuizou ação visando obrigar a Companhia a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a Ecovias.

15.16) Ecovias - Uso do Solo

A Ecovias ajuizou ação contra a Companhia, visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas

15.17) AIT

A AIT pretende a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por suposto término indevido do contrato 50042010091 de prestação de serviços firmado entre as partes, reclamando o pagamento de indenização pela Companhia referente aos valores que a empresa despendeu com as rescisões trabalhistas que teve de realizar, com os tributos devidos por conta da prestação de serviços esperada, bem como os encargos dos empréstimos que precisou contrair para continuar com sua atividade. Ante aos trabalhos apresentados pelo perito judicial nomeado pelo Juízo da 6ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro é possível estimar que a demanda apresenta um valor de R\$ 73.240, em 30 de junho de 2009.

15.18) Ação Civil Pública - City Boaçava

Ação Civil Pública que visa impedir a construção de reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão.

15.19) Ação Civil Pública - Sociedade Amigos Dos Jardins - ETD Panorama

Ação Civil Pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A alegação é de que as radiações produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem nas imediações da linha de transmissão.

15.20) IRPJ e CSLL - Dedutibilidade - Previdência Privada (PSAP)

Neste trimestre os consultores jurídicos da Companhia alteraram a classificação de risco desta contingência de possível para remota, tendo em vista a decisão do conselho de contribuintes publicada em abril de 2009.

15.21) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Trata-se de três notificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998, lavradas em 5 de novembro de 1998, por suposta ausência de recolhimento do FGTS. A fiscalização identificou que a Companhia teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonegando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia apresentou defesa e recurso administrativo alegando, em resumo, além de nulidade, afronta ao princípio da legalidade, eis que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos.

Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa no valor total de R\$ 63.600. Em 23 de março de 2007, a Companhia ajuizou Ação Cautelar e obteve liminar suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final.

15.22) PASEP - Suspensão de Exigibilidade - Débitos apurados no Processo Administrativo 10880.036851/90-51

Trata-se de Mandado de Segurança interposto com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na Dívida Ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial.

A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na Dívida Ativa da União. Diante disto, a Companhia ajuizou Ação Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária.

15.23) FGTS - Moradia

A Companhia propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal visando afastar a incidência de FGTS sobre as casas oferecidas aos funcionários que realizavam obras para a empresa. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

15.24) NFLDs - Execuções Fiscais

O INSS propôs três Execuções Fiscais (2007.61.82.006923-8, 2005.61.82.000188-0 e 2005.61.82.000187-8) visando a cobrança de supostos créditos tributários não recolhidos a título de contribuições previdenciárias, apurados nos autos dos processos administrativos 350034290, 354166450, 350034273, 350034281 e 354166476. Atualmente, ambas as Execuções aguardam julgamento em primeira instância.

15.25) CPMF - Operações Simbólicas

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Companhia visando o reconhecimento da não incidência de CPMF sobre operações simbólicas de compra e simultânea venda de moeda estrangeira. Depósito judicial integral em 18 de fevereiro de 2005 no valor de R\$ 1.811. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Diante disso, a Fazenda Nacional apresentou recurso perante Tribunal Regional Federal, o qual, até a presente data, aguarda julgamento.

15.26) CSLL - Base Negativa

A Companhia propôs Ação Declaratória visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº. 2.158-35/01, que determinou que as empresas objeto de cisão não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a Companhia já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, no montante de R\$ 92.462 em 30 de junho de 2009, certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional.

15.27) IRPJ - Overseas

Em 19 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil por, supostamente, ter deixado de oferecer à tributação de IRPJ e CSLL (i) os lucros auferidos por intermédio de sua Controlada, Metropolitana Overseas II Limited (extinta em 2007), com sede nas Ilhas Cayman, e (ii) os rendimentos obtidos por consequência de determinado contrato de mútuo celebrado entre duas empresas. A Fazenda Nacional sustenta suas alegações, em síntese, nos seguintes pontos: (i) deveria ser aplicada a taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2002 sobre o total dos lucros auferidos nos anos-calendários de 2000 e 2001, nos termos do art. 74 da MP nº 2.158/01; (ii) que a Companhia deveria ter oferecido à tributação o resultado positivo da equivalência patrimonial dos recursos direcionados à Overseas no ano de 2002; (iii) que nos anos de 2002, 2003 e 2004, a Companhia deveria ter aplicado a taxa de juros mínima exigida pela legislação brasileira (taxa LIBOR, acrescida de 3%) ao contrato de mútuo celebrado entre duas empresas; e (iv) que as bases de cálculo de IRPJ e CSLL relativas ao ano-calendário de 2002 deveriam ter sido ajustadas ao que restou decidido nos autos do Processo Administrativo nº. 19515.000234/2005-06. Feito o pagamento do valor relativo ao item

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em decorrência os itens supracitados, a fiscalização aponta débitos de:

Débitos 30.6.2009	IRPJ	CSLL	Total
Principal	169.675	39.753	209.428
Juros de Mora	169.415	34.916	204.331
Multa - 75%	127.256	29.815	157.071
Total	466.346	104.484	570.830

15.28) Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais, com chance de perda possível, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos, tais como IPTU, ISS, Taxas Municipais, Multas Posturais, entre outros.

16. Outras Obrigações (Passivo Circulante e Não Circulante)

	30.6.2009	31.3.2009
<u>CIRCULANTE</u>		
Empréstimo compulsório Eletrobrás	4.073	4.482
Brasil Ferrovias S.A.	3.258	3.258
Pagamento em Duplicidade	3.257	3.257
Programa Baixa Renda	3.528	3.528
IPTU - Outras Prefeituras	539	539
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	5.822	32.868
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.365	1.365
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	31.580	30.844
Outras	42.977	37.637
Total	96.399	117.778
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Obrigações Estimadas	3.415	2.880
Outras	2.878	2.721
Total	6.293	5.601

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. Capital Social e Reserva de Reavaliação

a) Capital Social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2009 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.057.629.

O capital social da Companhia está representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição Acionária

Acionistas	Tipo	30.6.2009 e 31.3.2009	
		Quantidade	%
AES Elpa S.A.	ON	51.825.798	30,97
União Federal	ON	13.342.384	7,97
Outros	ON	1.436.635	0,86
Subtotal	ON	66.604.817	39,80
Outros	PNA	2.369.349	1,42
Companhia Brasileira de Energia	PNB	7.434.391	4,44
Light Participações - LIGHTPAR	PNB	2.095.644	1,25
Outros	PNB	88.839.686	53,09
Subtotal	PNB	98.369.721	58,78
Total das ações		167.343.887	100,00

c) Reserva de Reavaliação

Em 30 de junho de 2009 o saldo correspondente à reserva de reavaliação montava R\$ 2.104.949 (R\$ 2.126.748 em 31 de março de 2009), e está sendo apresentado líquido do imposto de renda e contribuição social sobre o valor da reavaliação dos bens depreciables. Os efeitos tributários sobre realização, por alienação ou baixa, de reserva de reavaliação de terrenos, são reconhecidos diretamente em conta de lucros acumulados, no momento da alienação ou baixa do respectivo terreno.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. Receita Operacional Líquida

No Trimestre

	1.4.2009 a 30.6.2009			1.4.2008 a 30.6.2008		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Fornecimento de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	5.460.324	3.742.328	1.067.888	5.259.509	3.605.254	972.334
Industrial	30.386	1.464.762	376.796	31.511	1.607.980	400.808
Comercial	357.510	2.625.515	700.039	360.102	2.510.066	674.845
Rural	644	5.756	2.165	794	6.700	890
Poder Público:						
Federal	1.157	33.795	9.266	1.094	33.995	9.523
Estadual	3.882	151.190	40.554	3.702	142.138	39.095
Municipal	8.458	105.839	30.581	8.221	99.366	28.346
Iluminação pública	1.480	223.064	31.896	1.431	207.229	29.280
Serviço público	1.209	140.529	29.828	1.173	138.563	29.842
Encargo de capacidade emergencial	-	-	4	-	-	19
Subtotal - Fornecimento	5.865.050	8.492.778	2.289.017	5.667.537	8.351.291	2.184.982
Outras						
Revisão Tarifária - Ajustes - Amortização	-	-	(2.731)	-	-	10.484
Transmissoras	-	-	13.635	-	-	8.725
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	-	-	27.604	-	-	(32.283)
CVA Energia/Transporte/Encargos Setoriais/Itens Financeiros	-	-	(8.010)	-	-	(31.613)
Ajuste Revisão 2007	-	-	(50.217)	-	-	-
Não faturado	-	-	(32.719)	-	-	(2.827)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	214	1.719.559	94.172	224	1.755.564	122.848
Energia no curto prazo	-	-	29.469	-	-	62
Outras receitas	-	-	22.589	-	-	23.198
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	(16.274)	-	-	(13.522)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(4)	-	-	(19)
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(19.402)	-	-	(19.662)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(83.060)	-	-	(82.852)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	-	-	(1.519)	-	-	(3.257)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(74.139)	-	-	(99.964)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	-	-	(17.578)	-	-	26.339
Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfra)	-	-	(4.470)	-	-	(2.096)
Cofins - corrente	-	-	(224.289)	-	-	(219.274)
Cofins - diferido	-	-	-	-	-	3.077
Pis - corrente	-	-	(48.694)	-	-	(48.297)
Pis - diferido	-	-	-	-	-	1.189
ISS	-	-	(171)	-	-	(304)
Subtotal - Outras	214	1.719.559	(395.808)	224	1.755.564	(360.048)
Total geral	5.865.264	10.212.337	1.893.209	5.667.761	10.106.855	1.824.934

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Acumulado

	1.1.2009 a 30.6.2009			1.1.2008 a 30.6.2008		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Fornecimento de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	5.460.324	7.235.901	2.043.397	5.259.509	7.017.088	1.844.128
Industrial	30.386	2.791.809	716.764	31.511	3.142.894	748.722
Comercial	357.510	5.282.455	1.418.684	360.102	5.061.019	1.305.811
Rural	644	12.108	3.013	794	13.536	1.724
Poder Público:						
Federal	1.157	69.015	18.945	1.094	90.222	23.807
Estadual	3.882	287.310	77.675	3.702	253.723	67.584
Municipal	8.458	200.124	58.551	8.221	189.237	52.318
Iluminação pública	1.480	449.218	64.831	1.431	425.000	58.431
Serviço público	1.209	283.017	60.194	1.173	276.337	56.702
Encargo de capacidade emergencial	-	-	10	-	-	25
Subtotal - Fornecimento	5.865.050	16.610.957	4.462.064	5.667.537	16.469.056	4.159.252
Outras						
Revisão Tarifária - Ajustes - Amortização	-	-	(5.129)	-	-	10.484
Transmissoras	-	-	26.096	-	-	17.810
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	-	-	39.794	-	-	-
CVA Energia/Transporte/Encargos Setoriais/Itens Financeiros	-	-	6.706	-	-	3.505
Ajuste Revisão 2007	-	-	(50.217)	-	-	-
Não faturado	-	-	(1.894)	-	-	46.503
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	214	3.292.836	192.195	224	3.608.336	234.980
Energia no curto prazo	-	-	31.203	-	-	3.945
Outras receitas	-	-	44.081	-	-	43.629
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	(31.127)	-	-	(27.413)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(10)	-	-	(25)
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(38.424)	-	-	(38.143)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(166.119)	-	-	(165.181)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - CVA	-	-	(2.905)	-	-	(8.866)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(156.078)	-	-	(174.448)
Conta de Consumo de Combustível - CCC - CVA	-	-	(56.591)	-	-	(5.640)
Encargos do Consumidor - outros encargos (Proinfra)	-	-	(8.442)	-	-	(4.387)
Cofins - corrente	-	-	(445.305)	-	-	(423.589)
Cofins - diferido	-	-	-	-	-	1.842
Pis - corrente	-	-	(96.678)	-	-	(92.655)
Pis - diferido	-	-	-	-	-	746
ISS	-	-	(341)	-	-	(425)
Subtotal - Outras	214	3.292.836	(719.185)	224	3.608.336	(577.328)
Total geral	5.865.264	19.903.793	3.742.879	5.667.761	20.077.392	3.581.924

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. Custos e Despesas Operacionais

	30.6.2009	30.6.2008
Descrição		
Pessoal	246.041	186.816
Entidade de previdência privada	90.348	47.247
Material	12.002	17.089
Serviço de terceiro	153.574	124.622
Energia elétrica comprada para revenda	a) 1.844.300	1.824.912
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	b) 527.042	416.399
Depreciação e amortização	188.037	181.487
Provisão (reversão) para PCLD	15.471	25.910
Provisão (reversão) para contingências	11.724	43.341
Outras	125.652	115.691
Total geral	3.214.191	2.983.514

	MWh (*)		R\$	
	30.6.2009	30.6.2008	30.6.2009	30.6.2008
a) Energia elétrica comprada para revenda:				
ITAIPU	4.308.753	5.259.048	502.112	462.921
ITAIPU - CVA	-	-	68.484	94.926
Contrato bilateral - AES Tiête	5.533.501	5.596.870	828.476	738.675
Contrato bilateral - AES Uruguaiana	27.765	236.531	3.514	26.390
Contrato bilateral - Outros	75.856	83.095	12.329	10.978
Compra - CCEE	645.663	541.868	(33.730)	42.632
Compra - CCEAR	9.149.682	7.830.607	743.175	606.455
Compra - CCEAR - CVA	-	-	(137.296)	(13.076)
Proinfra	351.894	216.857	41.413	39.129
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(184.177)	(184.118)
Total geral	20.093.114	19.764.876	1.844.300	1.824.912

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

	30.6.2009	30.6.2008
b) Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Uso da Rede Básica	421.019	361.976
Uso da Rede Básica - CVA	(5.747)	251
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	74.849	6.081
Transporte de Energia - Furnas/Itaipu	36.907	32.532
ONS - Operador Nacional do Sistema	12.655	10.727
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	10.101	24.625
Conexão a Rede Básica - CTEEP	35.349	21.039
Conexão a Rede Básica - CTEEP - CVA	(5.660)	1.076
(-) Créditos PIS/Cofins	(52.431)	(41.908)
Total geral	527.042	416.399

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Receitas e Despesas Financeiras

	1.4.2009 a 30.6.2009	1.1.2009 a 30.6.2009	1.4.2008 a 30.6.2008	1.1.2008 a 30.6.2008
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	24.502	63.204	36.301	67.535
Selic - Parcela A/CVA	12.683	26.883	13.541	26.959
Selic - Finsocial - nota nº 4	2.294	4.881	-	-
Acréscimo moratório - consumidores	16.669	32.663	15.144	28.587
Multas	2.621	5.549	2.364	3.593
Renda dos Títulos e Valores Mobiliários Alienados - LFT	1.835	4.000	2.862	6.066
Outras	8.894	10.383	3.009	6.875
Total	69.498	147.563	73.221	139.615
Despesas Financeiras				
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(32.531)	(64.092)	(34.116)	(68.000)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	(16)	(79)	(270)	(767)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	4.084	7.829	2.949	7.570
Operações de swap	(5.128)	(6.463)	(5.810)	(8.130)
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins	(11.323)	(25.074)	(15.538)	(31.167)
CPMF	-	-	-	(598)
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(761)	(876)	(186)	(461)
Outras	(11.621)	(35.751)	(4.545)	(33.563)
Total	(57.296)	(124.506)	(57.516)	(135.116)
Variáveis Monetárias e Cambiais Líquidas				
Moeda Nacional	(29.180)	(82.967)	(32.312)	(63.760)
Moeda Estrangeira	3.158	3.539	13.058	14.623
Transferido para o custo das imobilizações em curso	3.872	8.852	3.348	8.566
Total	(22.150)	(70.576)	(15.906)	(40.571)
Total Líquido	(9.948)	(47.519)	(201)	(36.072)

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 5). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	30.6.2009	30.6.2008	30.6.2009	30.6.2008
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(155.948)	(127.371)	(54.506)	(43.835)
Diferidos	38.303	(12.534)	12.719	(6.534)
Total	(117.645)	(139.905)	(41.787)	(50.369)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	461.825	537.817	461.825	537.817
Adições (exclusões):				
Baixa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	4.321	-	4.321
Doações	4.131	1.821	4.131	1.821
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	(431)	855	(431)	855
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	917	865	917	865
Multas indedutíveis	4.331	12.257	4.331	12.257
Outros	2.328	2.286	(6.478)	2.300
Total das adições (exclusões)	11.276	22.405	2.470	22.419
Base de cálculo	473.101	560.222	464.295	560.236
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	118.275	140.056	41.787	50.421
Incentivos	(618)	-	-	-
Compensação de base de cálculo	(12)	-	-	-
Ajuste IRPJ/CSLL	-	(151)	-	(52)
Total da despesa (receita) com tributos	117.645	139.905	41.787	50.369

22. Partes Relacionadas

a) As principais transações e saldos entre partes relacionadas no período findo em 30 de junho de 2009, estão demonstradas a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado	
	Outros créditos	Fornecedores	Energia elétrica comprada para revenda	Serviços de terceiros
Companhia Brasileira de Energia - nota nº 7	42.998	-	-	-
Eletropaulo Telecomunicação Ltda.	70	-	-	-
AES Tietê - notas nºs 11 e 19.a	186	171.497	828.476	-
AES Uruguaiana - notas nºs 11 e 19.a	9	783	3.514	-
AES Sul	2.759	-	-	-
AES Big Sky	-	-	-	7.276
Total	46.022	172.280	831.990	7.276

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) A remuneração da Alta Administração - De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração de sua alta administração. No primeiro semestre de 2009 e 2008, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	30.6.2009	30.6.2008
Salário	1.583	1.480
Gratificações (PLR - Bônus)	1.407	665
Previdência Privada	121	111
Benefícios	227	207
Encargos	572	398
Total	3.910	2.861

23. Instrumentos Financeiros

As operações da Companhia compreendem a compra e a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a Capital do Estado, atendendo a aproximadamente 5,9 milhões de clientes. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Riscos financeiros

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco de mercado - taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 30 de junho de 2009, o saldo total de empréstimos e financiamentos montava R\$ 1.929.602 (R\$ 1.998.965, em 31 de março de 2009). O montante de R\$ 11.590, equivalente a US\$ 5.939 mil, refere-se a captações denominadas em dólar norte-americano (R\$ 27.355 em 31 de março de 2009, equivalente a US\$ 11.815 mil).

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia à volatilidade deste fator de risco, foram efetuadas operações de swap cambial trocando a variação do dólar mais juros pré-fixados pela variação do CDI. Estas operações foram contratadas para os mesmos vencimentos das dívidas, não ocasionando descasamentos de fluxo de caixa. No semestre findo em 30 de junho de 2009, foi apurado um resultado líquido negativo de R\$ 6.463 e em 31 de março de 2009, negativo de R\$ 1.335, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis na rubrica Receitas/Despesas Financeiras.

O valor principal dessas operações de swap em 30 de junho de 2009 é de US\$ 4.684 mil (US\$ 9.422 mil em 31 de março de 2009).

O montante de R\$ 96.913 (R\$ 95.411 em 31 de março de 2009) referentes a operações vencidas com o Banco Santos S.A., o qual teve sua falência decretada em 20 de setembro de 2005, estão classificadas na rubrica Outras Obrigações. Em 11 de dezembro de 2008, a Companhia firmou acordo com a massa falida do Banco Santos S.A., pondo fim às ações judiciais em curso, o qual foi homologado em 22 de janeiro de 2009 pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo. Em decorrência desse acordo a Companhia realizou pagamento no valor de R\$ 151.200, quitando, desta forma, o saldo total relativo a tais contratos. A Companhia está procedendo com a análise dos termos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com vista a verificar o impacto da decisão no atual cenário de risco de perda (possível) que a demanda apresenta.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano), mas o resultado da Companhia está protegido através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

Em 30 de junho de 2009 os instrumentos financeiros passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	Valor Contabil	Valor de Mercado
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos (inclui encargos)		
Moeda estrangeira	11.590	11.590
Moeda nacional	1.918.012	1.867.906
	<u>1.929.602</u>	<u>1.879.496</u>
Outras obrigações - Swap cambial	12.813	12.813
Total	<u>1.942.415</u>	<u>1.892.309</u>

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos empréstimos foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos às taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada dívida na data do balanço. Para os instrumentos de hedge, foram utilizadas as curvas de mercado nesta mesma data.

Informações Qualitativas e Quantitativas sobre Derivativos

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Uma vez identificados os riscos a serem mitigados, a Companhia busca os instrumentos mais adequados para contratar o hedge.

Os principais fatores que direcionam a decisão da Companhia sobre o instrumento a ser utilizado estão listados a seguir:

- Situação de liquidez da Companhia;
- Condição de crédito junto ao mercado financeiro;
- Cenário de mercado.

Definido o objeto do hedge e o instrumento a ser utilizado, a Companhia precifica tais operações sempre seguindo as metodologias de mercado vigentes.

O valor de mercado do hedge é calculado com base nos preços médios divulgados diariamente pela BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e considera a variação cambial do período com base na PTAX- V (câmbio médio divulgado diariamente pelo BACEN após o fechamento do mercado) do dia imediatamente anterior da data inicial e do período analisado.

Em 30 de junho de 2009 as operações contratadas pela Companhia podem ser resumidas como segue:

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Efeito acumulado 30.06.2009	
	30.6.2009	31.3.2009	30.6.2009	31.3.2009	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de "swaps"						
Posição ativa	4.684	9.422	11.392	27.067	11.392	-
Moeda	US\$	US\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Índices	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$	Variação do US\$
Posição passiva	24.205	48.431	24.205	48.431	-	24.205
Moeda	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Índices	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI
					Posição passiva	12.813

Com a finalidade de reduzir a exposição à volatilidade da taxa de câmbio incidente sobre empréstimos e financiamentos denominados em dólar, a Companhia mantém operações de swap cambial, trocando a variação do dólar mais cupom pela variação do CDI.

Segue tabela com as características dos swaps vigentes na carteira da Companhia.

Contratos de "swaps"			
Bancos	Início	Vencimento	US\$ mil
CSFB	12.11.2004	30.12.2009	2.385
UNIBANCO	12.11.2004	30.12.2009	2.299
			<u>4.684</u>

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do instrumento financeiro ao qual a Companhia estava exposta (swap cambial) em 30 de junho de 2009 definimos 3 cenários conforme requerido pela Instrução Normativa CVM nº 475:

- I - uma situação considerada provável pela Administração e referenciada por fonte externa independente: R\$ 2,00 (FOCUS 26.6.2009);
- II - uma situação, com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada: R\$ 2,50;
- III - uma situação, com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada: R\$ 3,00.

Os instrumentos de derivativos utilizados pela Companhia não demandam chamada de margem de garantia e estão devidamente registrados na CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação).

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Hedge	Derivativo (risco queda US\$)	(280)	(3.168)	(6.056)
Dívida em US\$	Dívida (risco aumento US\$)	284	3.220	6.156
Efeito Líquido		4	52	100

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2009, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de junho de 2009 foi extraído a projeção do indexador SELIC / CDI para o ano de 2009 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2009 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	4,38	6,56	8,75	10,94	13,13	
Posição em 30.6.09						
Aplicações Financeiras:	R\$ 909.994					
Títulos e Val. Mobiliários	R\$ 77.216					
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras	CDI	R\$ 39.812	R\$ 59.718	R\$ 79.625	R\$ 99.531	R\$ 119.437
Títulos e Valores Mobiliários	SELIC	R\$ 3.378	R\$ 5.067	R\$ 6.756	R\$ 8.446	R\$ 10.135

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2009, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de junho de 2009 foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 30 de junho de 2009 foi extraída a projeção da LIBOR, todos para o ano de 2009 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2009. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2009 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Taxa de Juros	Saldo de Principal em 30.6.2009	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2009				
			Queda		Cenário Base	Aumento	
			de 50%	de 25%		de 25%	de 50%
DIVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA							
Bonds	19,125% a.a.	474.060	NA	NA	NA	NA	NA
Eletrobrás - Reluz	5,00% a.a.	3.510	NA	NA	NA	NA	NA
MOEDA ESTRANGEIRA							
Lei 7976/89	L + 0,8125% a.a.	11.458	1,0000 (5.677)	1,5000 (2.705)	2,0000 291	2,5000 3.310	3,0000 6.353
Resolução 96/93 (Bib's)	6,00% a.a.	130	(67)	(32)	3	39	74
LIBOR							
Lei 7976/89	L + 0,8125% a.a.	11.459	0,80% 185	1,20% 231	1,60% 276	2,00% 322	2,40% 368
CDI							
Debêntures - 10ª Emissão	CDI + 0,90% a.a.	600.000	4,38% 31.886	6,56% 45.129	8,75% 58.372	10,94% 71.616	13,13% 84.859
Debêntures - 9ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	250.000	15.504	21.068	26.633	32.197	37.762
Debêntures - 11ª Emissão	CDI + 1,75% a.a.	200.000	12.403	16.855	21.306	25.758	30.209
CCB - Citibank	CDI + 1,20% a.a.	300.000	16.883	23.524	30.165	36.806	43.448
IGP-DI							
Fundação Cesp	IGPDI + 6,00% a.a.	2.919.514	0,73% 197.607	1,09% 208.826	1,45% 220.044	1,81% 231.262	2,18% 242.480

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de preço

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 4 anos.

Nos processos de revisão tarifária, a Parcela B deixa de ser apurada pela variação do IGP-M ajustado pelo Fator X e passa a ser calculada através de metodologias definidas pela ANEEL, apresentadas na Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006 posteriormente alterada pela Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008.

O resultado da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em 2007 foi alterado através da Resolução Homologatória nº 674 de 1º de julho de 2008, no entanto, a exemplo do ocorrido em 2007 o resultado foi provisório. Em 2009 o resultado foi novamente alterado de forma definitiva através da Resolução Homologatória nº 832, de 16 de julho de 2009.

Na finalização do processo de revisão tarifária, a ANEEL efetuou ajustes em:

1. Custos operacionais definidos através do modelo da Empresa de Referência;
2. Receitas Irrecuperáveis;
3. Base de Remuneração Regulatória;
4. Perdas elétricas regulatórias e;
5. Fator Xe.

Estes itens foram objeto de discussão através da Audiência Pública nº 052/07, aberta em dezembro de 2007, tendo como resultado a Resolução Normativa nº 338, de 25 de novembro de 2008.

Finalmente, através da Consulta Pública 030/09 aberta em abril de 2009, foi definida a segunda revisão tarifária da Eletropaulo.

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou através da Resolução Homologatória nº 846, de 30 de junho de 2009, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de reajuste tarifário de 2009, cujo aumento médio foi da ordem de 14,88%, correspondendo a um efeito médio de 13,03% a ser percebido pelos consumidores.

Risco de mercado

O *portfolio* de contratos de energia de 2009 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e AES Uruguaiana e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's decorrentes do 1º, 2º e 4º Leilões Públicos de Energia Existente realizados em dezembro/2004, abril/2005 e outubro/2005, respectivamente, do 1º e 2º Leilões de Energia Nova realizados em dezembro/2005 e junho/2006 e do 9º Leilão de Ajuste realizado em fevereiro/2009. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/04, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME, de três a quinze anos para energia proveniente de empreendimentos existentes e, de quinze a trinta anos, para energia proveniente de novos empreendimentos de usinas térmicas e hidrelétricas, respectivamente.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/04, e (iii) outras variações de mercado.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

24. Reajuste Tarifário 2009

Em 30 de Junho de 2009, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 14,88% à Companhia, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de Julho de 2009.

O reajuste autorizado pela ANEEL em 30 de junho de 2009 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2009		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,49%
	Energia Comprada	4,55%
	Encargos de Transmissão	1,12%
Parcela A		8,16%
Parcela B		0,09%
Reajuste Base		8,25%
Revisão Tarifária Periódica Definitiva de 2007		-0,54%
CVA Total		5,33%
Outros custos financeiros de Parcela A		0,21%
Outros custos financeiros de Parcela B		-0,04%
Subsídios Tarifários		1,67%
Reajuste Total		14,88%

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 11,69%. A participação positiva de 8,16% no reajuste econômico refere-se a:

- (i) Encargos Setoriais - Aumentou 20,81%, principalmente devido ao aumento do repasse do ESS (R\$ 234 milhões contra R\$ 103 milhões no IRT 2008), resultado de projeção efetuada pela ANEEL - calculado com base na diferença entre o Custo Variável Unitário (CVU) das usinas despachadas e o PLD médio previsto para os próximos 12 meses - e à projeção do Encargo de Energia de Reserva - EER, considerado neste montante, em conformidade com o Decreto 6353, de janeiro de 2008. O referido encargo se destina a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (ii) Energia Comprada - A variação positiva de 9,78% deve-se principalmente ao aumento dos custos de compra de energia de Itaipu, decorrentes de:
- Desvalorização do Real em relação ao Dólar (R\$ 1,9301/US\$ no IRT de 2009 contra R\$ 1,6368/US\$ no IRT de 2008, aumento de 17,92%);
 - Aumento da tarifa em dólar de Itaipu (de US\$ 23,0270/kW para US\$ 25,0298/kW, aumento de 8,7%);
 - Preço médio ponderado dos leilões de energia para os próximos 12 meses (de R\$ 76,39/MWh para R\$ 87,39/MWh, aumento de 14,39%).
- (iii) Encargos de Transmissão - A variação positiva de 9,89% deve-se principalmente ao aumento dos custos da rede básica (R\$ 893 milhões contra R\$ 810 milhões no IRT de 2008) decorrentes do fim do diferimento do resultado das Revisões Tarifárias das Transmissoras e de novas obras no sistema.

A partir do Ciclo 2009/2010, os geradores conectados nas DIT não pagarão pelo uso da rede básica, assim a receita a ser remunerada pela TUST não contará com estes geradores para o rateio. Face ao exposto, houve um acréscimo de R\$ 5 milhões nos custos de rede básica da Companhia.

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi 0,31%. A participação de 0,09% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 1,52%, dos 12 meses findos em 30 de junho de 2009, e
2. Fator X equivalente a 1,21%, composto por:
 - Xa de 0,84%, fruto da diferença positiva entre o IGP-M (1,52%) e o IPCA (4,67%) no período tarifário, e
 - Xe de 2,00%, resultado da nova metodologia de cálculo que introduziu um fator de produtividade a ser aplicado nos custos operacionais projetados.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Componentes Financeiros

Dentre os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário, que montam R\$ 615 milhões, há os seguintes principais aspectos:

- R\$ 50 milhões negativos referentes aos efeitos da finalização do 2º processo de Revisão Tarifária Periódica (passou a ser definitivo) da concessionária, provisório desde 2007;
- Efeito positivo de R\$ 29 milhões, decorrente da aplicação da regra definida na Resolução Normativa 305/08, que resultou no recálculo das CVAs de energia e dos custos de sobrecontratação de energia comprada, referentes a 2005, 2006 e 2007, impactando o custo da energia comprada;
- Efeito positivo de R\$ 37 milhões para cobrir a tarifa de clientes que deixaram de ser classificados como “Baixa Renda” após a Lei 10.438/02, não incorporado no reajuste tarifário de julho de 2008, impactando a receita de energia; e
- Efeito negativo de R\$ 5 milhões decorrente do valor previsto do subsídio de fontes alternativas para o período de julho de 2008 a junho de 2009. O valor incluído no Reajuste Tarifário de julho de 2008 excedeu o valor efetivamente concedido neste montante, conforme critério utilizado pela Aneel, impactando receita de TUSD.

As principais alterações efetuadas pela ANEEL em relação há revisão provisória de 2007 são apresentadas a seguir:

- a) Empresa de Referência de R\$ 786 milhões;
- b) Receitas Irrecuperáveis de 0,90% sobre a receita bruta;
- c) Base de Remuneração Regulatória bruta de R\$ 10.880 milhões e Base de Remuneração Regulatória líquida de R\$ 4.822 milhões;
- d) Perdas Regulatórias de energia conforme apresentado a seguir:

	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Perdas Técnicas (sobre energia injetada)	4,91%	4,91%	4,91%	4,91%
Perdas não técnicas (sobre mercado baixa tensão)	17,47%	17,47%	16,98%	16,50%

- e) Fator Xe de 2,00%.

25. Novos Pronunciamentos Contábeis

Em 29 de maio de 2009 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): CPC 16 - *Estoques*, CPC 17 - *Contratos de Construção* e CPC 20 - *Custos de Empréstimos*. As resoluções emitidas pelo CFC têm vigência para as demonstrações contábeis cujos exercícios sejam iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, recomendando a sua adoção antecipada.

Em 5 de junho de 2009, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou os pronunciamentos técnicos acima referidos. As deliberações da CVM são aplicáveis às demonstrações contábeis cujos exercícios sejam encerrados a partir de dezembro de 2010 e aplicam-se, também, sobre as demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

- CPC 16 - *Estoques* (Resolução CFC nº 1.170/09 e Deliberação CVM nº 575) - tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil para os estoques quanto ao valor do custo a ser reconhecido como um ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. Esse pronunciamento proporciona orientação sobre a determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Proporciona orientação sobre o método e os critérios usados para atribuir custos aos estoques. Este pronunciamento técnico do CPC está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 2.
- CPC 17 - *Contratos de Construção* (Resolução CFC nº 1.171/09 e Deliberação CVM nº 576/09) - tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil de receitas e despesas associadas a “contratos de construção”, considerando que as datas de início e término desse tipo de contrato ocorrem em períodos contábeis diferentes. Assim, o principal assunto desse pronunciamento refere-se à contabilização dos contratos de construção ao longo dos períodos de execução da obra. Este pronunciamento técnico está correlacionado com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 11.
- CPC 20 - *Custos de Empréstimos* (Resolução CFC nº 1.172/09 e Deliberação CVM nº 577/09) - tem por objetivo estabelecer o tratamento contábil dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, os quais formam o custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesas. Este

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme mencionado acima, a aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC ocorrerá nas demonstrações contábeis dos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 ou iniciados a partir de janeiro de 2010. A análise inicial efetuada pela Companhia não indica nenhum efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Entretanto, considerando que o CPC pretende emitir diversos pronunciamentos técnicos até 2010, conforme agenda conjunta divulgada pela CVM e CPC, a análise acima deve ser considerada como preliminar e efetuada com base nas informações disponíveis até a presente data. Por ocasião da emissão pelo CPC de novos pronunciamentos contábeis e com as aprovações da CVM e do CFC, a Companhia reavaliará os pronunciamentos já emitidos à medida que esses novos pronunciamentos tragam alguma alteração que modifique as análises preliminares efetuadas anteriormente.

26. Evento Subseqüente

Em 03 de agosto de 2009 a Companhia publicou fato relevante informando que pactuou junto à Prefeitura Municipal de São Paulo a antecipação da conclusão das obras dos Programas de Intervenções no Sistema Municipal de Iluminação Pública e de Enterramentos de Redes Aéreas para até 31 de dezembro de 2012 e a prorrogação do pagamento da primeira parcela do Acordo para o dia 10 de agosto de 2009, permanecendo válidas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do acordo.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

INTRODUÇÃO

Práticas contábeis:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Despacho ANEEL nº 2.877/2008

Em cumprimento ao Despacho Aneel nº 2.877 de 1º de agosto de 2008, a Companhia alterou, a partir de 1º de setembro de 2008, a forma de contabilização da conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A - CVA.

Para efeito de comparação, foram feitas as reclassificações retroativamente aos períodos de análise. Não houve impacto nos resultados dos períodos, pois as mudanças realizadas são meramente entre contas de resultado.

De acordo com a regra anterior, o ajuste de CVA referente à variação entre o valor concedido na revisão tarifária e o efetivamente pago pela Companhia para determinado item era feito na rubrica correspondente a este item. Já a nova regra prevê que caso haja passivos regulatórios constituídos, ao invés de ser registrado um aumento do item seguindo a regra anterior, uma receita de valor equivalente ao item que variou deve ser registrada

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

No 2º trimestre de 2009, a Receita Operacional Bruta da Eletropaulo foi de R\$ 2.944,4 milhões, 4,9% (R\$ 138,1 milhões) superior à receita verificada no 2T08. O acréscimo é explicado principalmente pelo aumento de 4,5% (R\$ 120,7 milhões) na receita total de fornecimento, consequência dos seguintes fatores:

- (i) maior consumo cativo entre períodos e aplicação do índice médio de reajuste tarifário de +8,01% nas tarifas a partir de 04 de julho de 2008;
- (ii) participação da demanda na receita faturada dos consumidores de alta tensão que não varia em função do volume;
- (iii) incorporação de R\$ 37,2 milhões na receita da classe residencial para cobrir a tarifa de clientes que deixaram de ser classificados como "Baixa Renda" após a Lei 10.438/02, não incluído no reajuste tarifário de 2008 e considerado como efeito financeiro do reajuste tarifário de 2009; e
- (iv) término da amortização do saldo da Parcela A referente à Recomposição Tarifária Extraordinária, excluída da tarifa a partir de 01/05/2009, conforme explicado adiante na seção Ebitda;

O aumento de 16,7% (R\$ 17,4 milhões) em Outras Receitas reflete:

- (i) incrementos de receita em PIS/Cofins não-faturados, venda de energia no mercado de curto prazo e ajustes efetuados para a adequação ao despacho 2.877 - Aneel, totalizando R\$ 118,3 milhões;

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- (iii) receita não-faturada contabilizada no 2T09, no valor negativo de R\$ 32,7 milhões; e
- (iv) queda de R\$ 28,3 milhões na receita na TUSD, consequência dos efeitos financeiros dos reajustes tarifários de 2009 e 2008.

O consumo faturado de 8.492,7 GWh, no 2T09, representou um aumento de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 4,6% quando comparado ao 1T09.

O incremento da Receita Operacional Bruta foi de 1,5% (ou R\$ 44,6 milhões) na comparação com o 1º trimestre de 2009, consequência da combinação dos seguintes fatores:

- (i) crescimento do consumo na classe residencial e recuperação na classe industrial (cativos + livres), que cresceu 11,6% no período;
- (ii) incorporação de R\$ 37,2 milhões dos subsídios de "Baixa Renda", conforme mencionado anteriormente;
- (iii) redução de 45,3% (R\$ 98,2 milhões) em Outras Receitas, fruto principalmente da reversão de receita do efeito da revisão tarifária definitiva de 2007 e da redução de receita do não-faturado, ambos explicados acima; e
- (iv) término da amortização do saldo da Parcela A, referente à Recomposição Tarifária Extraordinária, que foi excluída da tarifa a partir de 01/05/2009.

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

As Deduções da Receita Operacional totalizaram R\$ 1.051,2 milhões no 2T09, um incremento de 7,1% (R\$ 69,8 milhões) em relação às deduções do 2T08, que por sua vez somaram R\$ 981,4 milhões. A variação decorre, sobretudo, do aumento da receita de fornecimento entre os períodos considerados e, conseqüentemente, do incremento proporcional dos encargos tributários incidentes na receita (ICMS, PIS, COFINS e ISS).

Adicionalmente, na comparação do 2T09 com o 2T08, foi verificada uma variação negativa de R\$ 15,9 milhões em Fornecimento - CVA, em função dos ajustes efetuados no 2T08 para a adequação ao despacho 2.877 - Aneel.

Em relação ao 1T09 as Deduções de Receita apresentaram estabilidade, resultado combinado do aumento dos encargos de fornecimento e redução dos encargos de CCC entre os períodos, devido ao término da amortização da Parcela A da Recomposição Tarifária Extraordinária.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia verificou uma receita operacional líquida de R\$ 1.893,2 milhões no 2T09, valor 3,7% ou R\$ 68,3 milhões, superior à receita líquida obtida no 2T08, em função da finalização da Revisão e Reajuste Tarifários em 2009 e do aumento em Outras Receitas.

Em relação ao 1T09, houve aumento da receita operacional líquida de 2,4% em função da combinação da conclusão da Revisão e Reajuste Tarifários de 2009 e da redução de receita do não-faturado no 2T09.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 2º trimestre de 2009, as despesas operacionais somaram R\$ 1.541,2 milhões, montante 8,6% (R\$ 122,6 milhões) maior do que o registrado no mesmo período de 2008. As principais variações serão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	2T08	1T09	2T09	%	Var (%) 2T09 x 2T08	Var (%) 2T09 x 1T09
Gastos da Parcela A	1.127,2	1.200,8	1.170,6	80,9%	3,8%	-2,5%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	916,0	937,6	906,7	63,1%	-1,0%	-3,3%
Transmissão	211,2	263,2	263,8	17,7%	24,9%	0,2%
PMSO	291,3	284,2	370,6	19,1%	27,2%	30,4%
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	122,6	146,0	190,3	12,4%	55,2%	30,3%
Serviços de Terceiros	66,7	75,0	78,5	5,1%	17,8%	4,6%
Materiais	9,0	4,8	7,2	0,5%	-19,8%	50,3%
Outros	93,0	58,3	94,6	6,1%	1,7%	62,2%
Total	1.418,5	1.484,9	1.541,2	100,0%	8,6%	3,8%

* Não inclui depreciação

Gastos da Parcela A

De acordo com a metodologia de revisão tarifaria da Aneel, todas as despesas classificadas como "gastos de parcela A" são repassadas para tarifa.

Despesa de Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada totalizou R\$ 906,7 milhões no 2T09, 1,0% e 3,3% abaixo daquelas registradas no 2T08 e 1T09, de R\$ 916,0 milhões e R\$ 937,6 milhões, respectivamente.

As variações podem ser explicada principalmente pela combinação dos seguintes fatores:

- (i) volume de energia comprada, que totalizou 10.059 GWh no 2T09 ante 9.969 GWh e 10.034 GWh requeridos no 2T08 e 1T09, respectivamente;
- (ii) no 2T09 o preço médio dos contratos de suprimento foi de R\$ 115,3 / MWh, um aumento de 22,7% e 11,1% em relação aos preços médios do 2T08 e 1T09, respectivamente, principalmente decorrentes do reajuste de preço do contrato bilateral com a AES Tietê de 13,44%, que chegou a R\$ 149,72 / MWh - a partir de 04 de julho de 2008;
- (iii) maior volume de energia comprada no 2T09 através de leilões, ao preço médio de R\$ 83,9 / MWh no 2T09, representando aumentos no volume de 22,3% e 10,5% em relação ao 2T08 e 1T09, respectivamente;
- (iv) vendas no mercado de curto prazo no 2T09, enquanto no 2T08 e 1T09 ocorreram compras; e

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Tarifa Média de Energia Comprada por Fonte - (R\$/MWh)	2T08	1T09	2T09	%2T08	%1T09	%2T09
AES TIETÊ	132,0	149,7	149,7	29,4%	28,7%	29,0%
ITAIPU	92,2	96,8	145,5	27,7%	26,4%	22,6%
LEILÃO	76,2	78,2	83,9	41,2%	44,7%	47,9%
OUTROS CONTRATOS BILATERAIS	122,3	145,6	154,7	1,7%	0,2%	0,5%
Tarifa (R\$/MWh)	94,0	103,8	115,3	100,0%	100,0%	100,0%

Despesa com Encargos do Uso da Rede Elétrica e Transmissão

A Eletropaulo registrou R\$ 263,8 milhões em despesas com encargos no 2T09, valor R\$ 52,6 milhões ou 24,9% acima do realizado no 2T08. Em relação ao 1T09, estas despesas com encargos apresentaram estabilidade. Os principais motivos para tal elevação na relação entre 2T09 e 2T08 foram:

- (i) o aumento de R\$ 35,8 milhões, no encargo de rede básica e encargo do ONS. A principal razão foi o aumento de 8,94% na cota anual do encargo de rede básica que compõe a tarifa a partir do reajuste tarifário de julho de 2008; e
- (ii) o acréscimo de R\$ 36,6 milhões em Encargos do Serviço do Sistema (ESS) decorrente da homologação pela Aneel de novos valores válidos desde o reajuste tarifário de julho de 2008.

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

Pessoal

As despesas com pessoal estão subdivididas em 3 rubricas: (a) despesa com pessoal e encargos, (b) despesa com o fundo de pensão e (c) despesa com acordos e condenações judiciais conforme demonstrado abaixo:

Pessoal - em R\$ milhões	2T08	1T09	2T09	Var (%) 2T09 x 2T08	Var (%) 2T09 x 1T09
Pessoal e Encargos	71,9	68,4	74,8	4,1%	9,3%
Entidade de Previdência	23,6	45,3	45,3	91,6%	0,0%
Acordos e Condenações Trabalhistas	27,1	32,3	70,3	158,9%	117,3%
Total	122,6	146,0	190,3	55,2%	30,3%

No 2T09, a Eletropaulo registrou R\$ 190,3 milhões em despesas com Pessoal e Entidade de Previdência Privada, montante 55,2% (R\$ 67,7 milhões) superior ao verificado no 2T08. A variação decorre do aumento da expectativa de despesa com a Fundação Cesp em 2009, que no trimestre somou R\$ 45,3 milhões, e do aumento nos acordos e condenações trabalhistas (R\$ 43,2 milhões).

Na comparação com o 1T09, as despesas de pessoal tiveram aumento de 30,3% (R\$ 44,3 milhões), principalmente, em função do maior número de acordos e condenações trabalhistas.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- *Despesa com Pessoal e Encargos*

No 2T09, a Eletropaulo registrou R\$ 74,8 milhões em despesas com Pessoal e Encargos, montante 4,1% maior que o registrado no 2T08 (R\$ 71,9 milhões). Esta variação decorre do acordo coletivo de junho de 2008, que elevou os salários em 6,8% e também reajustou os benefícios, além disto, a provisão de PLR aumentou aproximadamente R\$ 3,9 milhões. Comparativamente ao 1T09, as despesas com Pessoal e Encargos tiveram uma elevação de 9,3% no 2T09, principalmente, em função do programa mérito e de desenvolvimento de carreira da Companhia, que adequou cargos e salários e foi aplicado a partir do 2T09.

- *Despesa com o Fundo de Pensão*

As despesas com Fundo de Pensão representaram um total de R\$ 45,3 milhões no 2T09, aumento de R\$ 21,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior e em linha com o 1T09. A variação na comparação com o 2T08 é consequência, da expectativa para o ano de 2009, de uma despesa de R\$ 180,7 milhões com entidade de previdência privada, de acordo com cálculos atuariais. Esta expectativa consta nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia.

- *Despesa com acordo e condenações trabalhistas*

O valor referente à despesa com Acordos e Condenações Trabalhistas somou R\$ 70,3 milhões no 2T09, um acréscimo de R\$ 43,2 milhões em relação ao 2T08. No 2T09, ocorreu a baixa de depósitos judiciais de R\$ 49,5 milhões referentes à processos que já haviam sido concluídos, além disto, o número de conclusões de processos trabalhistas do 2T08 foi inferior a média daquele ano, o que explica a variação desta rubrica entre os períodos confrontados.

Na comparação com o 1T09, a aumento de R\$ 38,0 milhões, também é explicado essencialmente pela baixa de depósitos judiciais registradas no 2T09.

Com exceção do item não recorrente mencionado acima, as discussões judiciais quando finalizadas (seja por intermédio de acordo ou condenação) são transferidas da linha "outras despesas operacionais" para a linha de pessoal. Portanto, os valores apresentados nas despesas de pessoal têm efeito nulo no resultado da Companhia.

Despesa com materiais e serviços de terceiros

As Despesas com Materiais e Serviços de Terceiros totalizaram R\$ 85,7 milhões no 2T09, aumento de 13,3% (R\$ 10,0 milhões) na comparação com as despesas do 2T08. O incremento nestas despesas pode ser explicado pelos maiores gastos com serviços de cobrança, de corte e religa, mão de obra de call Center e gastos para adequação à Legislação de Meio Ambiente, parcialmente compensado pelos menores gastos com honorários advocatícios no 2T09. Além disto, com a finalização da revisão tarifaria de 2007, a despesa com reavaliação de ativos passou a ser considerada na Empresa de Referencia e, portanto, R\$ 3,4 milhões foram reconhecidos como despesa de Consultoria no 2T09.

Quando comparamos o 2T09 com o 1T09, o aumento de 7,4% (R\$ 5,9 milhões), reflete principalmente o aumento nos gastos com materiais e consultoria, este ultimo mencionado acima, efeitos compensados pelos menores gastos com honorários advocatícios no 2T09.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Outras despesas operacionais

No 2T09, as Outras Despesas Operacionais da Eletropaulo somaram R\$ 94,6 milhões, um acréscimo de 1,7% (R\$ 1,6 milhão) na comparação com o montante registrado no 2T08, enquanto um incremento de R\$ 36,3 milhões é observado na comparação com as despesas do 1T09. As principais despesas incluídas nesse grupo são: (a) PCLD e Baixas; (b) Provisão e Reversão para contingências; (c) custas judiciais (condenações) e demais despesas, conforme detalhado no quadro abaixo.

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	2T08	1T09	2T09	Var (%)	
				2T09 x 2T08	2T09 x 1T09
PCLD e Baixas	35,9	20,5	39,8	10,9%	94,3%
Provisão (Reversão) para contingências	20,1	(1,0)	12,7	-36,7%	N.D.
Condenações e Acordos Judiciais	8,4	13,8	4,5	-45,9%	-67,0%
Demais *	28,5	25,0	37,5	31,3%	49,7%
Total	93,0	58,3	94,6	1,7%	62,2%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Dentre as principais variações na comparação do 2T09 com o 2T08, destacam-se: (i) o efeito negativo de cerca de R\$ 13,0 milhões referente à perda de liminares do Plano Cruzado; e (ii) a menor despesa com provisões para contingências entre os períodos.

Na comparação com o 1T09, as principais variações são: (i) aumento de em PCLD e baixa para perdas principalmente em função de perda de liminares do Plano Cruzado; e (ii) provisão para contingências R\$ 13,7 milhões maiores do que no 1T09, efeito combinado pelas reversões de processos cíveis ocorridas no 1T09 e pelo registro de aproximadamente R\$ 6,4 milhões referentes à provisões para Contingências no 2T09.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

No 2T09, esta rubrica apresentou uma despesa no total de R\$ 10,3 milhões, comparada a uma despesa de R\$ 12,2 milhões no 2T08 e de R\$ 9,0 milhões no 1T09, respectivamente. A maior perda no 2T08 e menor no 1T09 na desativação de ativos explicam a variação entre os trimestres confrontados.

EBITDA

A Companhia auferiu um Ebitda de R\$ 341,7 milhões, redução de R\$ 52,5 milhões comparativamente à igual período de 2008. Esta variação resulta da combinação, principalmente, dos seguintes fatores: **(i)** efeitos da finalização do processo de revisão tarifária definitiva de 2007 e efeitos financeiros do reajuste tarifário de 2009, R\$ 9,7 MM; **(ii)** aumento de R\$ 21,6 milhões no custo entidade de previdência privada; **(iii)** despesas com acordos e condenações trabalhistas R\$ 43,1 milhões maiores; e **(iv)** acréscimo de R\$ 11,8 milhões em serviços com terceiros.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Parcela A (Recomposição Tarifária Extraordinária)

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado um acordo entre os geradores, os distribuidores de energia e o Governo Federal, denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico". O acordo instituiu um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores rurais e residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda") e de 7,9% para todos os demais consumidores, como mecanismo de reposição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico com o Programa de Racionamento.

O referido reajuste está sendo utilizado para compensação dos ativos regulatórios registrados pela Companhia. O prazo estipulado para a realização dos ativos regulatórios relacionados à RTE e Energia Livre foi de 70 meses para a Companhia, e encerrou-se em outubro de 2007. Após a recuperação destes ativos, também por meio do mecanismo de Recomposição Tarifária Extraordinária, iniciou-se a realização dos ativos relacionados à Parcela A (apurados até 25 de outubro de 2001), sujeitos a remuneração do saldo remanescente pela taxa Selic do Bacen. Enquanto os ativos são realizados, há um aumento correspondente de custos de Parcela A.

Para aproximar o Ebitda da Geração de Caixa Operacional, a Companhia efetuará o ajuste dos itens operacionais da Parcela A no Ebitda, até o final de sua amortização.

Abaixo, os valores de amortização da Parcela A apurados até 25 de outubro de 2001, e seu saldo, em 30/06/2009:

R\$ milhões

Parcela A - Amortização	2T08	1T09	2T09	Saldo
Saldo Inicial	447,3	141,9	38,0	30/06/2009
Atualização SELIC	11,4	3,2	0,2	3,4
CCC Isolado/Interligado	(33,1)	(34,4)	(18,1)	0,0
Itaipu - custo	(48,6)	(50,4)	(26,5)	0,0
Encargos conexão a rede	(0,0)	(0,0)	(0,0)	0,0
Itaipu Binacional - transporte	(0,0)	(0,0)	(0,0)	0,0
Transporte de rede básica	(0,1)	(0,1)	(0,1)	0,0
Taxa de fiscalização	(0,8)	(0,8)	(0,4)	0,0
RGR	1,1	1,1	0,6	0,0
Subtotal	(81,5)	(84,6)	(44,4)	0,0
Itaipu - varcam	(21,7)	(22,5)	(11,8)	0,0
Ajuste Financeiro e Outros	0,0	0,0	(18,0)	(18,0)
Total	(103,2)	(107,1)	(18,0)	(18,0)
Saldo Final	355,5	38,0	(18,0)	(18,0)

É importante ressaltar que, com o término da amortização do saldo da Parcela A, a Recomposição Tarifária Extraordinária foi excluída da tarifa a partir de 01/05/2009. Eventuais diferenças constituíram uma obrigação junto aos consumidores e foram consideradas no Reajuste Tarifário de 4 de julho de 2009, como um componente financeiro negativo, no total de R\$ 18,0 milhões.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Ebitda Ajustado

No 2T09, o Ebitda ajustado atingiu R\$ 430,0 milhões, representando uma redução de 13,7% em relação ao 2T08. O motivo principal da redução de R\$ 68,1 milhões no total de ajustes aplicados ao Ebitda no 2T09 refere-se ao fim da recuperação da Parcela A, que foi excluída da tarifa a partir de 01/05/2009, conforme explicado acima.

R\$ milhões	2T08	1T09	2T09	Var (%) 2T09 x 2T08	Var (%) 2T09 x 1T09
EBITDA	394,2	355,8	341,7	-13,3%	-4,0%
Ajustes					
Desp. Passivo - FCESP	22,5	43,8	43,9	95,5%	0,2%
Parcela A	81,5	84,6	44,4	-45,5%	-47,5%
EBITDA Ajustado	498,1	484,2	430,0	-13,7%	-11,2%

Ajustes do Ebitda:

- **Despesa com Passivo - FCESP** - A administração ajusta no Ebitda as despesas referentes ao passivo com Fundação CESP (Confissão Dívida IIa e Reserva Matemática) para melhor refletir sua geração de caixa operacional.
- **Parcela A** - é efetivamente parte da geração operacional de caixa da Eletropaulo, no entanto é acrescida às despesas correspondentes a parcela do ativo regulatório, quando da amortização desse ativo.

RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia no 2T09 foi uma despesa de R\$ 9,9 milhões, enquanto no 2T08 foi observada uma despesa de R\$ 0,2 milhão, incremento da despesa em R\$ 9,7 milhões na comparação entre os períodos.

Em relação à despesa de R\$ 37,6 milhões verificada no primeiro trimestre de 2009, a despesa foi 73,5% inferior. As principais variações estão explicadas a seguir.

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

	2T08	2T09	Var (%) 2T09 x 2T08
TAXA DE CÂMBIO *	1,5919	1,9516	22,6%
SELIC MÉDIA	11,70%	10,27%	-1,43 p.p.
IGP-M	4,34%	-0,32%	-4,66 p.p.
IGP-DI	4,97%	0,46%	-4,51 p.p.
TR	0,28%	0,16%	-0,12 p.p.

* Final do período

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Receitas financeiras

A Eletropaulo auferiu, no 2T09, receita financeira de R\$ 69,5 milhões, 5,1% abaixo da receita financeira obtida no 2T08. Esta variação é justificada, sobretudo, pelo menor saldo médio das aplicações financeiras que passaram de R\$ 1.430 milhões no 2T08 para R\$ 1.082 milhões no 2T09. Além disso, houve redução da rentabilidade em função da queda da Selic média de 1,4 ponto percentual entre os períodos comparados, sendo que a remuneração do 2T09 totalizou 102,8% do CDI comparada à 102,3% do CDI no 2T08.

Tais efeitos foram parcialmente compensados pela receita de atualização monetária dos créditos do FINSOCIAL no total de R\$ 2,3 milhões, bem como, pelo reconhecimento de R\$ 6,9 milhões no 2T09 da adequação ao Pronunciamento Técnico CPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em vigor a partir de Abril de 2009. De acordo com o Pronunciamento CPC 12 a Eletropaulo efetuou o Ajuste a Valor Presente sobre o crédito de ICMS oriundo da aquisição do ativo imobilizado, retroagindo ao saldo de abertura de dezembro de 2007. Este crédito é recuperado em 48 meses.

Quando comparada ao primeiro trimestre de 2009 a receita financeira foi 11,0% menor. A redução do saldo médio das aplicações que foram de R\$ 1.377 milhões no 1T09 para R\$ 1.082 milhões no 2T09, aliada à queda da rentabilidade que foi de 102,8% da Selic no 2T09 comparada à 103,0% da Selic no 1T09, explicam a menor receita entre os períodos.

Despesas Financeiras

No 2T09 foram verificadas despesas financeiras no valor de R\$ 57,3 milhões, montante 0,4% inferior ao registrado no 2T08, quando somaram R\$ 57,5 milhões. O principal motivo da variação positiva foi a diminuição de R\$ 4,2 milhões referentes à juros sobre PIS e COFINS, que por sua vez deriva da queda da Selic e do menor saldo de principal a ser amortizado. Por outro lado, as despesas de comissões com cartas de fiança contribuíram negativamente, já que a despesa registrada no 2T09, de R\$ 9,0 milhões, significa um incremento de R\$ 2,7 milhões na comparação com a despesa registrada em igual período de 2008.

Na comparação ao 1T09, quando as despesas totalizaram R\$ 67,2 milhões, a redução atingiu 14,8%. Este decréscimo deveu-se, principalmente: (i) à R\$ 4,2 milhões de redução de despesas com cartas de fiança; e (ii) diminuição de R\$ 2,4 milhões decorrentes da redução dos juros sobre PIS e COFINS, cuja despesa somou R\$ 11,3 milhões no 2T09 e R\$ 13,8 milhões no 1T09. Por outro lado, as operações de swap, que tem por finalidade reduzir a exposição à volatilidade da taxa de câmbio incidente sobre empréstimos e financiamentos denominados em dólar, do 2T09 totalizaram R\$ 5,1 milhões, um aumento de R\$ 3,8 milhões na comparação ao 1T09 que foi de R\$ 1,3 milhão.

Varição Monetária e Cambial Líquida

A conta de Variação Monetária e Cambial Líquida registrou uma despesa de R\$ 22,2 milhões no 2T09 que comparada à despesa de R\$ 15,9 milhões no 2T08 revela um incremento de 39,3%. Tal variação decorre: (i) da redução de R\$ 7,6 milhões na receita de juros em relação à igual período de 2008; (ii) do decréscimo de R\$ 3,9 milhões nas despesas da 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures no 2T09; e (iii) da receita, de R\$ 6,1 milhões, referente a atualização de TUSD do ciclo 2007/2008, reconhecida no 2T08 quando ocorreu a finalização do processo de Reajuste Tarifário de 2008.

Em relação à despesa de R\$ 48,4 milhões, do 1T09, houve redução de 54,3%. A principal razão foi a redução de R\$ 6,0 milhões referente às despesas da 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	9ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/058
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/12/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	20/12/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	20/08/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	nihil
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	250.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	25.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	25.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	20/08/2007
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	20/08/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	10ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2007/037
4 - DATA DO REGISTRO CVM	19/10/2007
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	15/09/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	15/09/2013
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 0,90% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	nihil
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	600.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	60.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	60.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	15/09/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	11ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2007/047
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/11/2007
5 - SÉRIE EMITIDA	Ú
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	nihil
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	200.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	20.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	20.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/11/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A	3 - CNPJ 61.695.227/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2009 a 30/06/2009	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/06/2009	13
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	14
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	73
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	86
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	89
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	91/92

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Outras informações que a Companhia entenda relevantes

Quantidade e características de valores mobiliários detidos pelo grupo de diretores, membros do Conselho da Administração e Fiscal, Controladores e Free-float (Mercado), em 30 de junho de 2009:

Saldo em 30.6.2009

Valores Mobiliário - Saldo 30.06.2009								
	Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação
Acionistas Controladores								
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.389	7,56%	7.434.389	4,44%
BNDES PART SA BNDESPAR	1	0,00%	0	0,00%	734.576	0,75%	734.577	0,44%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
Subtotal	65.168.183	97,84%	258	0,01%	8.168.965	8,30%	73.337.406	43,82%
Conselho de Administração	0	0,00%	0	0,00%	218	0,00%	218	0,00%
Diretores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	40	0,00%	0	0,00%	40	0,00%
Outros	1.436.634	2,16%	2.369.051	99,99%	90.200.538	91,70%	94.006.223	56,18%
Total	66.604.817	100,00%	2.369.349	100,00%	98.369.721	100,00%	167.343.887	100,00%
Free-Float	1.436.634	2,16%	2.369.091	99,99%	90.200.538	91,70%	94.006.263	56,18%

Saldo em 30.6.2008

Valores Mobiliário - Saldo 30.06.2008								
	Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação
Acionistas Controladores								
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.391	7,56%	7.434.391	4,44%
BNDES PART SA BNDESPAR	0	0,00%	0	0,00%	734.576	0,75%	734.576	0,44%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
Subtotal	65.168.182	97,84%	258	0,01%	8.168.967	8,30%	73.337.407	43,82%
Conselho de Administração	1	0,00%	0	0,00%	18	0,00%	19	0,00%
Diretores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	40	0,00%	0	0,00%	40	0,00%
Outros	1.436.634	2,16%	2.369.051	99,99%	90.200.736	91,70%	94.006.421	56,18%
Total	66.604.817	100,00%	2.369.349	100,00%	98.369.721	100,00%	167.343.887	100,00%
Free-Float	1.436.634	2,16%	2.369.091	99,99%	90.200.736	91,70%	94.006.461	56,18%

Posição acionária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% por tipo ou espécie de ação, em 30 de junho de 2009:

	Ações ON	% Participação	Ações PNA	% Participação	Ações PNB	% Participação	Total	% Participação
Controladores								
AES ELPA SA	51.825.798	77,81%	0	0,00%	0	0,00%	51.825.798	30,97%
CIA BRASILIANA DE ENERGIA	0	0,00%	0	0,00%	7.434.389	7,56%	7.434.389	4,44%
BNDES PART SA BNDESPAR	1	0,00%	0	0,00%	734.576	0,75%	734.577	0,44%
UNIAO FEDERAL	13.342.384	20,03%	258	0,01%	0	0,00%	13.342.642	7,97%
Subtotal	65.168.183	97,84%	258	0,01%	8.168.965	8,30%	73.337.406	43,82%

01417-6

ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A

61.695.227/0001-93

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Posição acionária dos acionistas da Sociedade, com mais de 5% do capital social, até o nível de Pessoa Física:

Composição dos acionistas da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com mais de 5% do capital social até o nível de pessoa física, em 30 de junho de 2009.

AES ELPA SA - 30.06.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
Cia Brasileira de Energia	93.404.101	98,26%	93.404.101	98,26%
Outros	1.656.952	1,74%	1.656.952	1,74%
Total	95.061.053	100,00%	95.061.053	100,00%

Cia Brasileira de Energia - 30.06.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Ações PN	% Participação	Total	% Participação
AES Brasil Holdings Ltda.	300.000.001	50,01%	1	0,00%	300.000.002	46,15%
BNDES Participações S.A.	300.000.000	49,99%	49.999.998	100,00%	349.999.998	53,85%
Outros	0	0,00%	8	0,00%	8	0,00%
Total	600.000.001	100,00%	50.000.007	100,00%	650.000.008	100,00%

AES Brasil Holdings Ltda. - 30.06.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Brasil Holdings Ltd	185.573.084.172	100,00%	185.573.084.172	100,00%
Total	185.573.084.172	100,00%	185.573.084.172	100,00%

AES Brasil Holdings Ltd - 30.06.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES International Holdings II	50.000	100,00%	50.000	0,00%
Total	50.000	100,00%	50.000	0,00%

AES International Holdings II - 30.06.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
AES Corporation	50.000	100,00%	50.000	0,00%
Total	50.000	100,00%	50.000	0,00%

BNDES Participações S.A. - 30.06.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
BNDES	1	100,00%	1	100,00%
Total	1	100,00%	1	100,00%

BNDES S.A. - 30.06.2009

Acionista	Ações ON	% Participação	Total	% Participação
União Federal	6.273.711.452	100,00%	6.273.711.452	100,00%
Total	6.273.711.452	100,00%	6.273.711.452	100,00%

Vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

São Paulo, 04 de agosto de 2009.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC 1SP198698/O-4

Aderbal Alfonso Hoppe

